ILAESE
Instituto Latinoamericano de Estudos Socioeconômicos

Campanha salarial 2012/2013

Avançar na organização e representação de base

Pra combater a exploração do operário da Construção em Belém

Estudo realizado por **Nazareno Godeiro**, pesquisador do ILAESE, em junho de 2012.

Dedicado aos operários **Francisco Cirilo da Silva**, 31 anos, e **Abraão Teixeira Figueiredo**, 18 anos, mortos em acidente de trabalho, em 17 de fevereiro de 2012 (obra da Construtora Status). Tambem dedicado a José Luís Alves, 26 anos, que morreu em 30 de março em um acidente de trabalho no empreendimento Residencial Uno Tower.

Para que ninguém esqueça que os belos apartamentos e condomínios estão alicerçados com o sangue, os músculos e os ossos moídos de milhares de operários anônimos, verdadeiros criadores da riqueza nesta sociedade.

Sindicato da Construção Civil

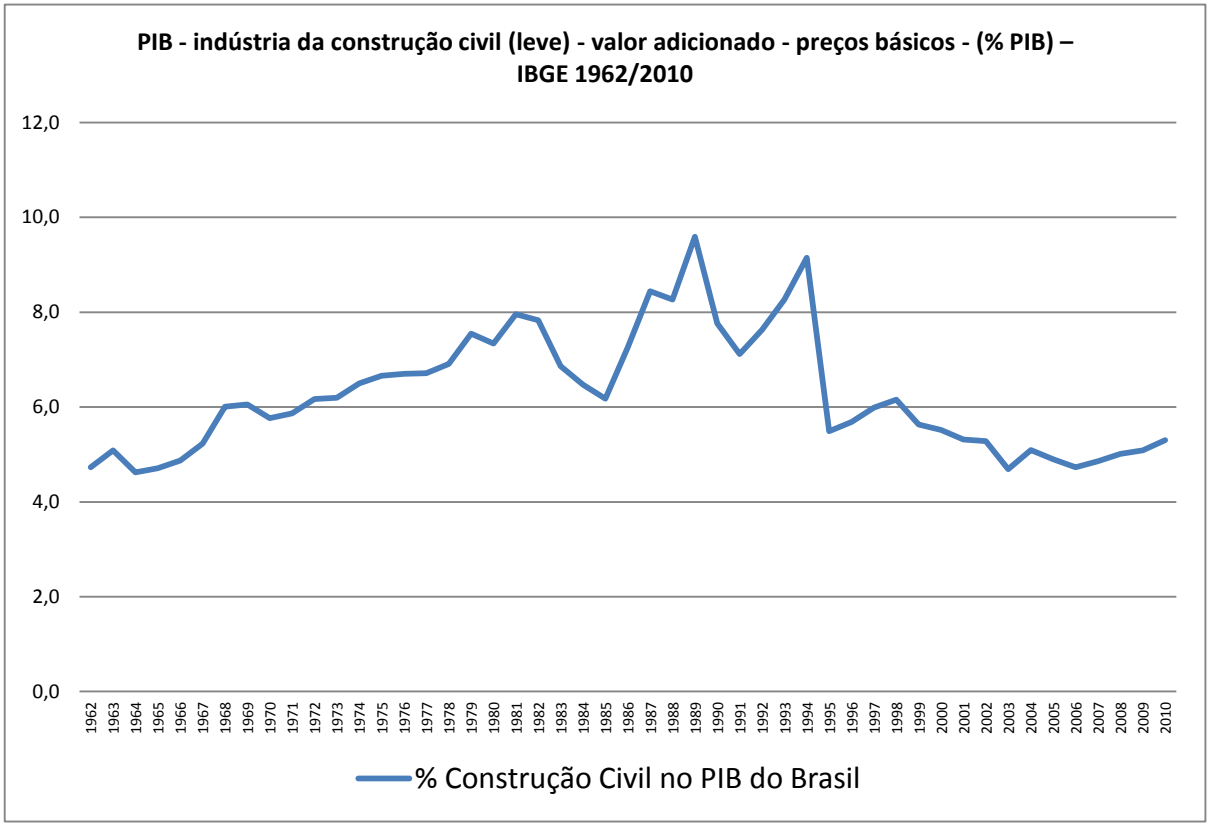
Belém - Pará

O peso da CC na economia brasileira

O setor que analisaremos aqui, Edificações, ocupa um papel importante na economia brasileira, sendo responsável por 5,3% do PIB e 7 milhões de trabalhadores, empregando, aproximadamente, 1 de cada 10 trabalhadores brasileiros, segundo o IBGE (2010).

Já houve um tempo em que a Construção teve um peso maior na economia brasileira.

O auge da Construção Civil no Brasil se deu em 1988, onde sua produção correspondeu a 10,1% do PIB do Brasil, como mostra o gráfico abaixo:



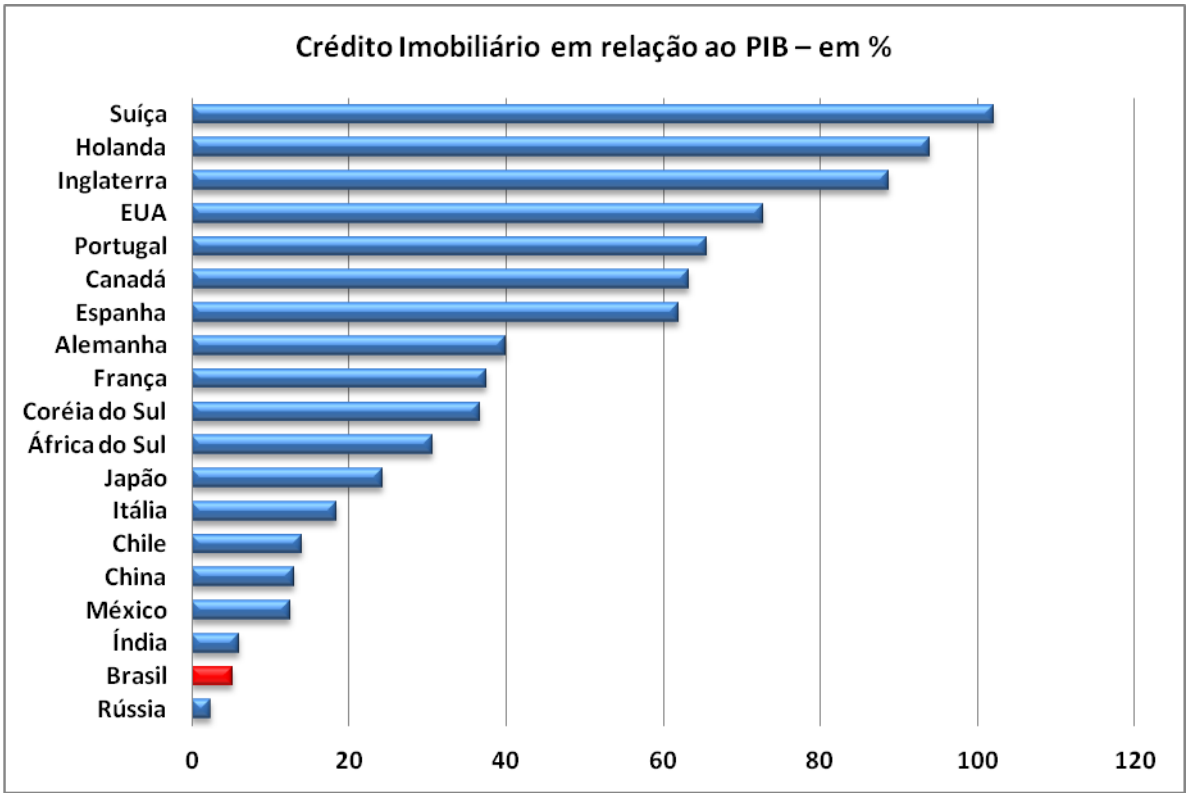
Fonte: IBGE, elaboração ILAESE

De 1989 a 2004 houve uma estagnação na Construção Civil, principalmente na construção de moradias populares.

Mesmo com o crescimento espetacular que tivemos entre 2004 e 2011 na cadeia da Construção, chegamos a metade do que representava a Construção Civil na década de 1980.

Isto acontece porque o Governo Federal ainda investe pouco na Construção Civil.

Veja que o crédito imobiliário no Brasil alcança somente 5,1% do PIB, bem abaixo da média mundial, inclusive dos países pobres.



Fonte: Banco Central do Brasil e Banco Mundial – Elaboração ILAESE

Assim, nos países ricos, o total do crédito para comprar residências e prédios comerciais é superior a 50% do PIB, dez vezes mais que o Brasil. Até o México, África do Sul e Coréia do Sul têm um índice muito acima do Brasil.

Isto significa que a Construção Civil no Brasil tem um amplo espaço para crescer já que há uma falta generalizada de moradias populares (6 milhões de residências) e o crédito tem um juro tão alto que boa parte da população nos dias de hoje não pode adquirir um imóvel.

Hoje, apesar da propaganda do Governo Federal com o Programa Minha Casa Minha Vida, se oferece menos casas do que o necessário e com pagamentos de juros exorbitantes, cobrados pela Caixa, que é um banco do governo, onde na maioria das vezes se paga de duas a três vezes o valor do imóvel, durante 20 anos.

A população trabalhadora brasileira deve exigir o que é um direito constitucional: ter uma habitação digna para viver!

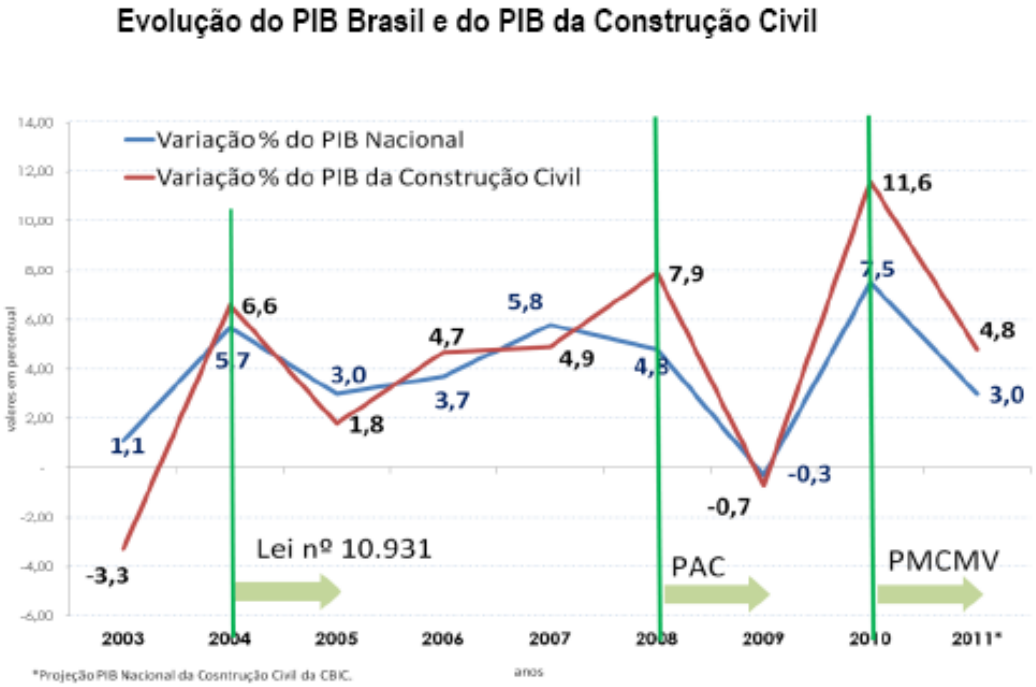
Para isso, o governo Federal deve disponibilizar muito mais investimento público em construção de casas populares e crédito com juros baixos, para que a classe trabalhadora possa adquirir um imóvel sem ter que pagá-lo durante quase toda sua vida.

O boom da Construção Civil no Brasil 2004-2011

Desde 2004, coincidindo com o grande crescimento econômico internacional e com o segundo ano do mandato de Lula, houve um salto na Construção Civil brasileira.

Neste período a Construção Civil brasileira cresceu mais que o crescimento da produção do país (PIB, Produto Interno Bruto), que já foi alto, que deu a base para a grande popularidade do governo Lula.

Veja no gráfico abaixo a relação entre o crescimento da Construção Civil (no traço vermelho) e o crescimento do Brasil (no traço azul):



Observando um período mais longo, desde 1971 até hoje, fica nítido o grande crescimento da Construção Civil no tempo da ditadura militar ("Milagre Brasileiro"). Veja que a Construção Civil tem uma longa estagnação entre 1981 e 2000 e o novo boom a partir de 2004.

Crescimento do PIB da Construção Civil e do Brasil – por décadas – 1971/2010 - em %

	PIB da Construção Civil	PIB do Brasil
1971 a 1980	10,3%	8,7%
1981 a 2000	0,6%	2,1%
2001 a 2010	2,9%	3,6%
2004 a 2010(boom da Construção)	5,7%	4,5%

Dados do IBGE – Elaboração ILAESE

Mesmo assim, os índices atuais de crescimento do PIB da Construção e do Brasil só chegam à metade dos índices da década de 1970.

2010 foi o ano de maior crescimento da Construção Civil brasileira desde 1986, há 25 anos atrás.

Apesar deste bom desempenho da indústria da Construção Civil isto não se reverte para o bem do trabalhador do setor, sendo os ganhos deste trabalho indo para os bolsos das grandes construtoras.

O recorde de produção do setor em 2010 não melhorou as condições de trabalho nem no rendimento dos trabalhadores da Construção Civil.

Prevalecem altos índices de informalidade e rotatividade, ferramentas na mão dos patrões para rebaixar o salário e as condições de trabalho, aumentando os acidentes e os lesionados.

O que gerou este grande crescimento na indústria da Construção nos últimos anos?

A tabela abaixo mostra as causas fundamentais do boom da Construção Civil entre 2004 e 2010:

Principais indicadores da Construção no Brasil – 2003/2010

PIB em R$ tri (preços de 2010) – emprego em milhões de trabalhadores

	2003	2010	Taxa anual de crescimento 2003/2010
PIB total do Brasil	**2.720.598**	**3.674.694**	**4,4%**
PIB da Construção	**110.827**	**165.248**	**6,1%**
Financiamento de imóveis SBPE+FGTS	**8.995**	**83.911**	**104,1%**
Desembolsos BNDES para Construção	**1.307**	**6.650**	**51,0%**
Emprego formal e informal no Brasil	**84.034.981**	**96.647.139**	**2,1%**
Emprego formal e informal na Construção	**5.409.302**	**6.885.353**	**3,8%**
Rendimento médio do trabalhador da Construção (R$ de 2010)	**1.072,80**	**1.219,00**	**1,7%**

Dados do PIB, Emprego e Renda sãop do IBGE. Dados do financiamento são da Caixa e do BNDES – Elaboração ILAESE

A primeira causa do boom da Construção foi o salto do crédito imobiliário (financiamento público, através da Caixa Econômica Federal e do BNDES). Entre 2003 e 2010, a cada ano dobrou o crédito da Caixa para aquisição de imóveis.

O BNDES também aumentou muito o investimento no setor, principalmente garantindo empréstimos às grandes empresas.

Porém, a primeira causa, ainda que muito importante, não é a principal causa do boom da Construção.

Observem que a criação de riqueza na Construção avançou a uma média de 6,1% entre 2003 e 2010, enquanto o emprego avançou 3,8% e a renda cresceu apenas 1,7%.

Isto significa que menos trabalhadores estão produzindo mais imóveis, ganhando menos que antes.

Isto é o que a patronal chama de "aumento da produtividade": os lucros, que veremos no próximo ponto, vão de avião, enquanto o emprego e o salário vão de bicicleta.

Também evidencia que, neste período, se deu um salto na terceirização e na precarização do emprego na Construção Civil. Basta ver que dos 6,8 milhões de trabalhadores da Construção, 4,2 milhões (62% - 1/3 dos operários) são trabalhadores informais, sem direitos previdenciários e trabalhistas.

O ano de 2011 e as perspectivas para 2012

O que caracterizou o ano de 2011 tanto na economia geral do Brasil como na Construção Civil nacional e no Pará é a **desaceleração**.

Em 2010 tivemos recordes de produção em todos os níveis, portanto, é natural que em 2011 não repita o crescimento espetacular do PIB brasileiro (7,5%), do PIB da Construção no país (11,6%) ou na Construção do Pará (4,6%).

A desaceleração da economia brasileira foi provocada pela diminuição dos investimentos produtivos no país e não pela queda do consumo das massas. O próprio governo baixou seus investimentos em 10,2% entre janeiro e abril de 2012.

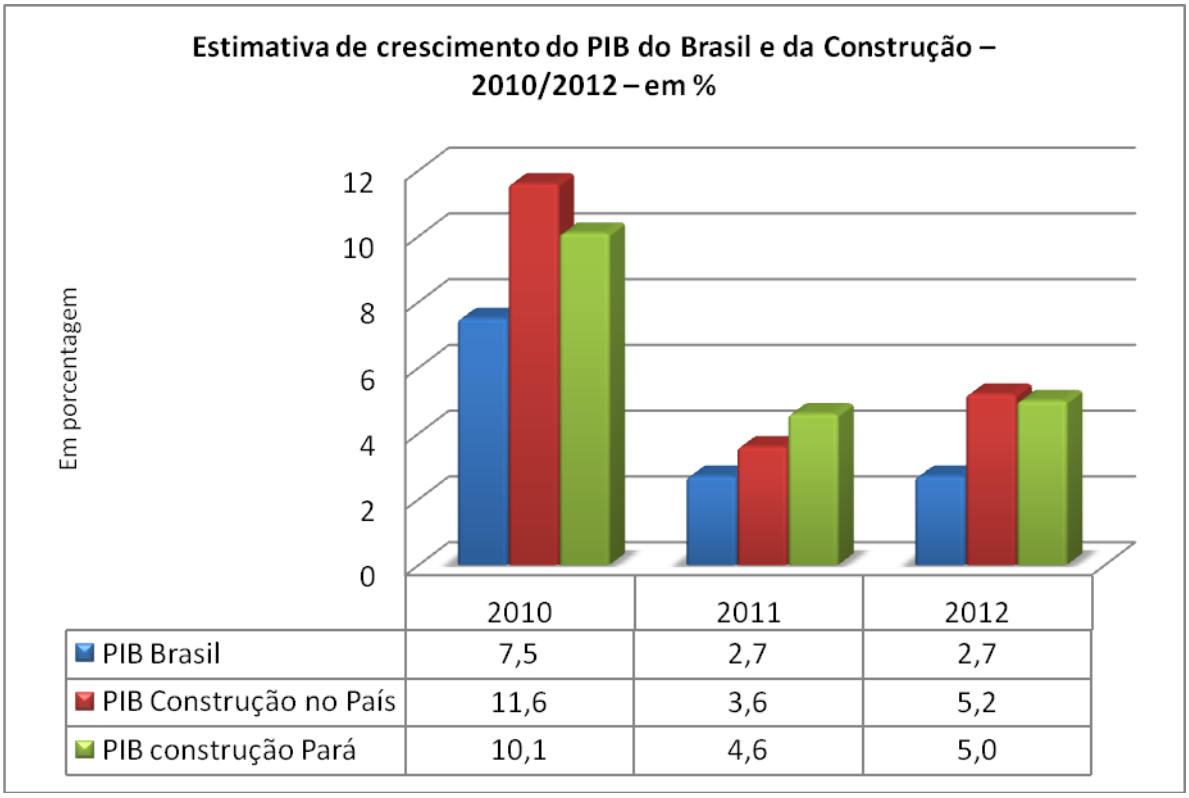
Isto é o elemento determinante que está levando uma diminuição geral dos índices da economia brasileira.

Refletindo esta desaceleração, em 2011, houve uma queda das vendas e de lançamentos de imóveis em SP, Porto Alegre e Belo Horizonte, que estão caríssimos.

Porém, apesar desta desaceleração, a Construção Civil continuará crescendo mais que o PIB do país, devido à carência habitacional e o crédito fácil promovido pela Caixa para adquirir imóveis.

O Governo Federal segue priorizando o PAC (com investimentos visando à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016) e o Programa Minha Casa Minha Vida.

Veja no gráfico abaixo o crescimento do Brasil e da Construção nacional e no Pará, assim como as estimativas da patronal para 2012:



Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção e Sinduscon Pará

Há uma evidente desaceleração, porém os dirigentes patronais da Construção Civil avaliam que:

> *"O maior volume de crédito imobiliário, as obras do segmento imobiliário, a forte demanda reprimida, as obras de infraestrutura, a construção industrial e comercial advindas de investimentos privados, as obras de habitação popular, sem contar as obras direcionadas aos eventos esportivos,* ***podem continuar mantendo o ritmo de expansão entre 4% e 5% para a construção nos próximos anos."***[1]

Apesar desta desaceleração em 2011, a produção imobiliária no Pará cresceu 14%, passando, em 2010, de 3.532 casas, apartamentos e unidades comerciais para 4.028 unidades até o mês de outubro de 2011 (Fonte: Sinduscon Pará informativo de novembro 2011).

A patronal aposta em que aumente o crédito imobiliário, enquanto utiliza novas tecnologias de construção em larga escala (principalmente pré-moldados para construção de casas populares) e aumentar o ritmo de produção nos canteiros, aumentando a exploração.

[1] ***Informativo Econômico da Construção Civil: desempenho e perspectivas*** **– Banco de Dados CBIC – Dezembro de 2011**

Também o emprego formal na construção civil do Pará cresceu 26% entre abril de 2011 e abril de 2012. Isto significa que, apesar da desaceleração, continua o crescimento do setor.

O Produto Interno Bruto (PIB) no setor de construção civil no Pará cresceu 4,6% em 2011, de acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon).

O resultado é considerado positivo pelo Sinduscon, apesar da desaceleração do resultado anterior.

De acordo com o sindicato, os fatores que mais contribuíram foi o crédito farto e o início de grandes obras em Belém:

> *"2011 foi um ano muito bom para o setor imobiliário, em virtude do crédito farto, da chegada de grandes lançamentos imobiliários em Belém e também em outras cidades como Marabá, Parauapebas e Santarém.",* disse o presidente do Sinduscon, Marcelo Gil Castelo Branco.[2]

A estimativa do Sinduscon para 2012 é de crescimento da Construção Civil no Estado em torno de 5%, estimulado principalmente por obras do PAC e do programa *Minha Casa minha Vida.*

Os investimentos da Caixa no crédito imobiliário apontam para um crescimento da Construção Civil no Brasil, pois pretende aumentar o crédito proveniente da poupança de R$ 80 bilhões em 2011 para R$ 100 bilhões em 2012.

O crédito é o elemento determinante para continuar o crescimento do setor da Construção Civil no Brasil.

O governo e a burguesia (principalmente os banqueiros) estão entre a cruz e a espada: para garantir um crescimento sustentado da Construção tem que garantir crédito fácil.

Porém, com a crise internacional ameaçando penetrar no Brasil, aumenta o risco de um calote no pagamento das prestações da casa própria. O Governo Federal está tentando aumentar o crédito para aquisição de casa própria e manter o crescimento no setor da Construção Civil e Pesada, porém a patronal está na expectativa do desenvolvimento da crise na Europa e a desaceleração nos Estados Unidos e China.

A Construção Civil só não vai crescer forte nos próximos anos se a crise internacional chegar ao Brasil e ocorrer uma recessão, corte de crédito, diminuição da produção e demissão.

Não é esta a hipótese mais provável para 2011.

[2] Boletim informativo do Sinduscon Pará – número 8 - de novembro de 2011

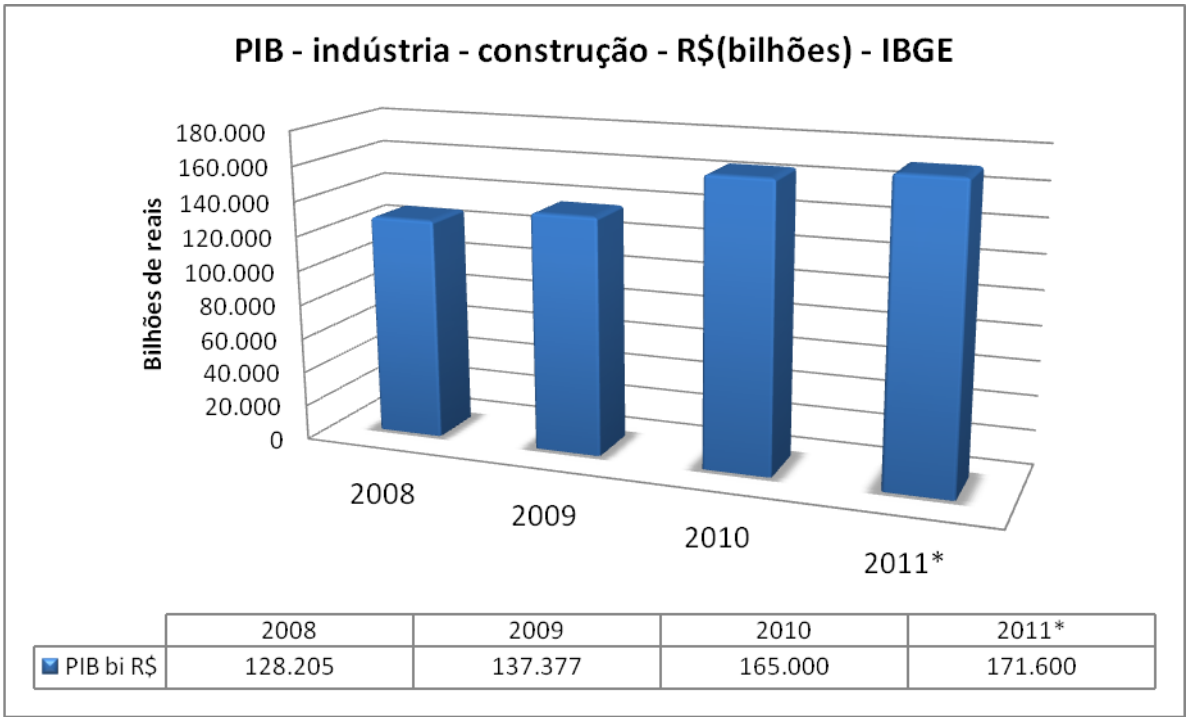
A patronal trabalha com três hipóteses e na pior delas, haveria um crescimento de 3,2% na Construção Civil.

Dados do IBGE com o crescimento ocorrido de janeiro a março de 2012 informam que a Construção Civil cresceu 3,3% neste período, abaixo das expectativas (que é de crescimento de 5,2%).

Vendas e lucros das grandes empresas do Brasil

Até agora estávamos trabalhando com um crescimento importante da Construção Civil, com índices que variavam de 3% a 11% de crescimento anual.

Assim podemos ver o crescimento do PIB da Construção no Brasil entre 2008 e 2011:



	2008	2009	2010	2011*
PIB bi R$	128.205	137.377	165.000	171.600

Dados do IBGE – Elaboração ILAESE - 2011 estimativa da CBIC em base aos 9 primeiros meses de 2011

Nestes 4 anos, a Construção Civil no Brasil cresceu a uma taxa anual média de 8,5%, que por si já é um crescimento de nível chinês.

Porém, quem está verdadeiramente ganhando dinheiro neste negócio são as grandes construtoras.

Elas cresceram as vendas entre 2008 e 2010 em 37% ao ano! 3 vezes o crescimento da China!

A PDG Realty, a maior construtora do Brasil da área de Edificações, cresceu a uma média de 94% nestes 4 anos. A cada ano ela dobra de tamanho nas vendas.

Vale a pena analisar a situação de cada empresa:

Faturamento das 7 maiores construtoras do Brasil - em R$ bilhões 2008/2011

	Vendas 2008	Vendas 2009	Vendas 2010	Vendas 2011	Crescimento anual %
PDG REALTY	1.447.644	2.240.487	5.547.767	6.877.380	**94%**
CYRELA	3.348.132	4.616.711	5.187.404	6.126.781	**21%**
GAFISA	2.046.432	3.413.380	3.609.942	2.940.506	**11%**
MRV	1.306.060	1.860.745	3.204.613	4.015.063	**52%**
BROOKFIELD	931.644	2.046.451	3.483.791	3.727.273	**75%**
ROSSI RESIDENCIAL	1.449.965	1.775.708	2.647.566	3.072.160	**28%**
EVEN	973.033	1.319.348	2.074.844	1.908.348	**24%**
TOTAL	**11.502.910**	**17.272.830**	**25.755.927**	**28.667.511**	**37%**

Fonte: relatórios financeiros das empresas, disponíveis na BM&F BOVESPA – elaboração ILAESE. Valores corrigidos pelo INPC a preços de dezembro de 2011

Elas estão vendendo cerca de R$ 30 bilhões em imóveis por ano e a cada três anos elas dobram as vendas.

A tabela abaixo mostra o lucro destas 7 empresas entre os anos de 2008 e 2011. Repete a mesma situação que vimos com o faturamento:

Lucro das 7 maiores construtoras do Brasil - em R$ milhões 2008/2011

	Lucro 2008	Lucro 2009	Lucro 2010	Lucro 2011	Crescimento anual %
PDG REALTY	214.547	381.880	837.554	708.007	58%
CYRELA	382.784	933.883	726.715	592.186	7%
GAFISA	287.402	161.459	306.023	-905.189	
MRV	295.932	422.463	716.249	816.291	44%
BROOKFIELD	120.920	228.007	385.779	326.831	43%
ROSSI RESIDENCIAL	139.499	229.900	371.035	339.725	36%

EVEN	84.175	153.187	270.550	232.782	44%
TOTAL	**1.525.258**	**2.510.779**	**3.613.903**	**2.110.633**	**10%**

Fonte: relatórios financeiros das empresas, disponíveis na BM&F BOVESPA – elaboração ILAESE. Valores corrigidos pelo INPC a preços de dezembro de 2011

A PDG Realty dobra os lucros a cada dois anos e o conjunto do G7 tem crescimento dos lucros igual ao crescimento chinês. A que está pior das pernas é a Gafisa, que teve prejuízo bilionário em 2011 e está endividada até o pescoço.

Porém, onde mais se demonstra a injustiça deste regime capitalista é na hora em que vai se distribuir a riqueza produzida pelos operários nos canteiros de obras.

Esta riqueza é distribuída aos donos da empresa, aos banqueiros (que emprestaram dinheiro para os donos), ao Governo (através dos impostos) e, finalmente, aos operários que produziram toda esta riqueza.

Veja como se distribui esta riqueza entre as classes sociais:

Riqueza criada (Valor adicionado) pelos operários e como foi distribuída – em % 2010

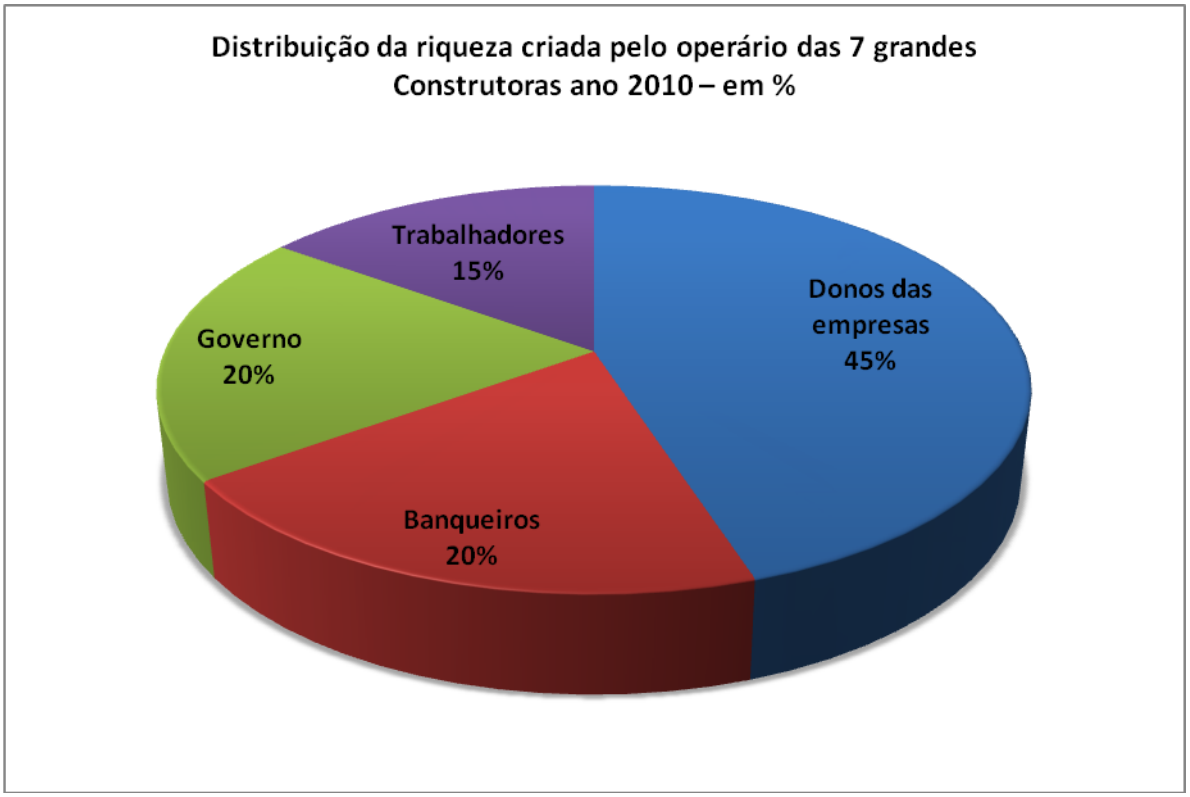
	Acionistas	**Banqueiros**	**Governo**	**Trabalhadores**	**% do salário sobre faturamento**
PDG REALTY	**51%**	**16%**	**20%**	**14%**	**4,2%**
CYRELA	**46%**	**5%**	**23%**	**20%**	**5,4%**
GAFISA	**29%**	**22%**	**27%**	**22%**	**8,4%**
MRV	**42%**	**19%**	**25%**	**14%**	**3,7%**
BROOKFIELD	**47%**	**16%**	**21%**	**16%**	**7,6%**
ROSSI RESIDENCIAL	**40%**	**23%**	**19%**	**19%**	**6,6%**
EVEN	**43%**	**12%**	**28%**	**17%**	**5,3%**

Fonte: relatórios financeiros das empresas, disponíveis na BM&F BOVESPA – elaboração ILAESE.

O primeiro que se deve observar nestes números é que o salário é o que pesa menos nos gastos das construtoras: representam apenas 5% dos gastos totais das grandes construtoras.

Elas choram de barriga cheia quando reclamam da mão de obra que estaria cara. Na Gafisa, onde o gasto com pessoal é mais alto, chega somente a 8% dos custos totais da empresa.

Na distribuição da riqueza, os empresários e banqueiros ficaram com 65%, o governo com 20% e os trabalhadores com 15%.



Fonte: Relatório anual de 2010 das 7 grandes Construtoras – disponíveis na BM&F BOVESPA

Quem produziu tudo fica com a menor parte, sendo uma ampla maioria, já que os patrões e banqueiros são um punhado de magnatas.

Quem são os donos destas grandes empresas?

Os principais acionistas da **PDG Realty** são: BlackRock Inc, Vinci Partiners, Marsico Capital Management, Morgan Stanley, J.P. Morgan, Credit Suisse. A PDG incorporou a **AGRE,** do empresário espanhol Bañuelos, que se tornou sócio da PDG. O BlackRock é um fundo de investimento americano, que também é acionista da Petrobrás, Vale, AmBev e das maiores construtoras do Brasil, como a PDG(maior do Brasil), a Cyrela(segunda maior), a MRV(a quarta maior) e a Rossi(sexta maior). O BlackRock tem cerca de 2,8 trilhões de dólares no seu cofre para comprar empresas pelo mundo afora.

Não é à toa que ele é um dos principais acionistas das grandes construtoras do Brasil.

A **Cyrela**, segunda maior construtora do Brasil tem como principal acionista o fundo de investimento BlackRock. Além disso, participam como acionista o grupo Eirenor (uruguaio) e o Carmignac (francês), Tarpon, além do BlackRock. A firma ainda tem como principal acionista a Elie Horn, fundador da empresa.

A **Gafisa/FIT/Tenda** tem como principal acionista o grupo norte-americano Equity Group Investments, LLC, um dos maiores investidores no mercado imobiliário mundial, que possui diversos investimentos no setor imobiliário fora dos Estados Unidos, prioritariamente na América Latina. O dono da Equity é o multibilionário Sam Zell, que até 2007 era o principal empresário da construção dos Estados Unidos. Além da Equity, os outros acinistas da Gafisa são o Bank of America, Citibank, Morgan Stanley, Vanguard Emerging Markets, Franklin Templeton Funds, Oppenheimer Markets Fund e o Norges Bank.

A **MRV** é sócia do Autonomy Capital LLC, que comprou 16,7% do seu capital. 35% das ações continuam nas mãos do seu fundador, Rubens Menin, associado com o BlackRock e o Janus Capital Management Llc e tem como acionistas o Barclays Global Investor, Fidelity Investment Trust, Merril Lynch, Microsoft Global Finance e o Bank of Japan.

A **Brookfield tem como principal acionista** a Brookfield Brasil, que detém 42% do capital da empresa e é uma subsidiária da Brookfield Asset Management Inc, um banco de investimento global de ativos e tem mais de US$ 100 bilhões sob gestão.

Os principais acionistas da **Rossi** são os fundos de investimento BlackRock, Alliance Berstein, Carmignac Gestion, Newton Investment e o Credit Suisse.

Os principais acionistas da **Even** são grandes investidores estrangeiros como Fip Genoa e Bny Mellon Arx Investimentos.

Algumas conclusões importantes sobre as grandes construtoras

A primeira grande conclusão é que estas empresas operaram uma grande transformação empresarial no setor da Construção Civil:

1. Contando com muito capital estrangeiro, elas se transformaram em conglomerados que praticamente não operam os canteiros de obras, somente administram (com terceirizações) os grandes empreendimentos, enquanto milhares de construtoras locais constroem os empreendimentos, muitas vezes utilizando trabalho semi-escravo, sem carteira assinada, sem direitos trabalhistas, trabalhando mais de 44 horas semanais.

2. Durante esta transformação, que se realizou em nos últimos 5 anos, houve uma violenta concentração de capital em poucas empresas, onde as grandes engoliram as pequenas e médias. Entre 2006 e 2009, houve 78 fusões entre empresas.

3. Durante esta revolução no setor, houve uma abertura do capital das construtoras na Bolsa de Valores, que venderam suas ações para conseguir dinheiro para grandes investimentos. Conseguiram muito capital, a maioria de capital estrangeiro, que comprou estas empresas brasileiras, provocando uma verdadeira desnacionalização do setor.

4. Na maioria dos casos, os bancos de investimentos estrangeiros (especuladores internacionais) deixaram a gestão da empresa com os antigos donos, que se transformaram em administradores ou sócios menores.

Estas sete maiores construtoras do Brasil estão monopolizando o mercado da construção no Brasil, se "modernizaram" deixando de ser construtoras no verdadeiro sentido da palavra e se tornando "gerenciadoras de empreendimentos", acentuando a utilização de serviços terceirizados e trabalhadores informais, como forma de aumentar sua lucratividade.

Em Belém, estas grandes construtoras começam a dominar o mercado através de associações com construtoras locais:

A PDG Realty, maior do Brasil, é dona da Chão & Teto e subcontrata a Leal Moreira nos seguintes empreendimentos: torres trivento, torre parnaso, torres acácia, torre breeze, torre umari, torre triunfo, torre florata, torre vitta home, vitta Office, torre liberto, torre domani, torre Dumont, torre solazzo, torre ecoara, torre residence, torre cenário, torre vert.

A Cyrela, segunda maior do Brasil, atua em sociedade com a Síntese Engenharia com empreendimentos: mirai, mirage bay, mandarim, jardim provence, 395 place. Tem também os empreendimentos Pleno Residencial e Alegro Montenegro, Vitoria Maguary e Next Ofiice Castanheira.

A Gafisa, terceira maior do Brasil, associada com a Premium, tem os seguintes empreendimentos em Belém: encanto das águas, mistral, carpe diem Belém, parc paradiso, reserva ibiapaba. Tem também o Alphaville Belém. A Gafisa/Tenda também atua em associação com a Construtora Azevedo Barbosa.

Além destas associações citadas acima, a INPAR atua associada com a Construtora Zappi, a Direcional é sócia da Êxito Engenharia.

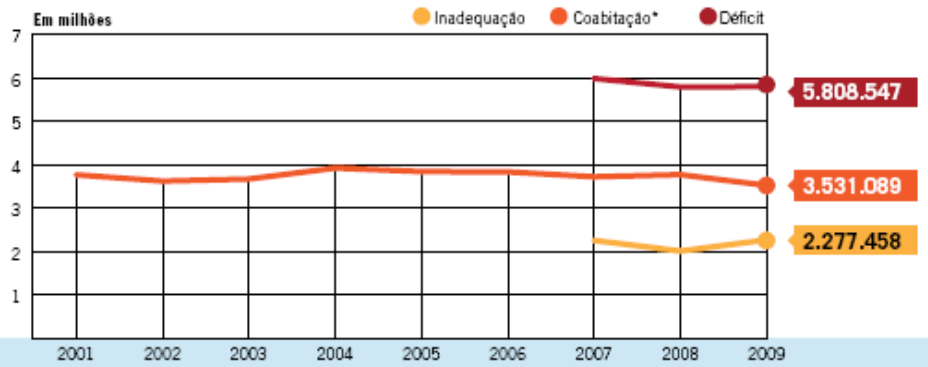
Quanto se necessita investir para que todos tenham onde morar dignamente no Brasil?

A falta de moradia em números no Brasil e no Pará

Um dos problemas mais angustiantes da classe trabalhadora brasileira é falta de moradias para uma parte considerável da população e as condições inadequadas de moradia (sem banheiro, esgoto, água, luz) em favelas ou palafitas.

O quadro abaixo mostra o déficit habitacional brasileiro, segundo o Sinduscon de SP, apoiado na PNAD do IBGE de 2009:

Histórico do déficit habitacional brasileiro
NÚMERO DE FAMÍLIAS
(Metodologia do Sinduscon-SP)

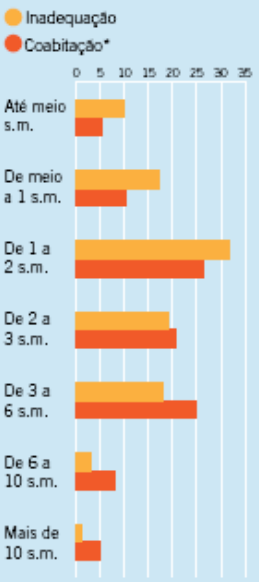


A carência de moradias nos Estados, 2009

Unidades da Federação	Inadequação (A)	Coabitação* (B)	Déficit habitacional (A+B)	Número de famílias (C)	Déficit habitacional relativo (A+B)/(C)
Rondônia	40.293	9.000	56.720	474.359	12,0%
Acre	13.479	4.449	25.615	203.068	12,6%
Amazonas	155.475	35.025	251.404	988.701	25,4%
Roraima	7.658	920	13.200	125.272	10,5%
Pará	366.895	90.724	509.779	2.209.326	23,1%
Amapá	3.662	5.406	21.710	177.144	12,3%
Tocantins	24.125	11.046	40.133	411.409	9,8%
Maranhão	308.101	63.592	429.011	1.886.154	22,7%
Piauí	120.649	34.395	163.779	973.956	16,8%
Ceará	217.113	95.128	352.861	2.626.998	13,4%
Rio G. do Norte	17.123	36.206	83.178	1.025.048	8,1%
Paraíba	75.290	33.632	123.979	1.161.966	10,7%
Pernambuco	153.999	65.189	273.816	2.762.593	9,9%
Alagoas	53.044	14.467	103.943	951.537	10,9%
Sergipe	29.579	15.978	65.615	647.307	10,1%
Bahia	213.013	91.581	410.700	4.595.953	8,9%
Minas Gerais	206.825	143.373	444.209	6.611.318	6,7%
Espírito Santo	36.587	27.213	77.869	1.158.623	6,7%
Rio de Janeiro	442.975	89.647	537.695	5.575.342	9,6%
São Paulo	746.098	260.038	1.127.096	13.698.039	8,2%
Paraná	44.993	61.400	127.056	3.581.462	3,5%
Santa Catarina	29.253	32.836	75.223	2.051.362	3,7%
Rio G. do Sul	108.899	76.401	205.391	3.839.060	5,4%
Mato G. do Sul	15.930	24.814	49.013	810.928	6,0%
Mato Grosso	41.097	20.944	84.558	1.025.797	8,2%
Goiás	38.736	26.407	97.544	1.946.139	5,0%
Distrito Federal	20.198	13.015	57.450	837.649	6,9%
Brasil	**3.531.089**	**1.382.826**	**5.808.547**	**62.356.510**	**9,3%**

(*) Com intenção de mudar. Fonte: FGV, elaborado a partir da Pnad 2009

Componenetes do déficit por classes de renda familiar



Segundo estas estatísticas, de cada 10 famílias no Brasil, 1 família não tem onde morar ou mora em condições precárias. São quase 6 milhões de famílias sem-teto no Brasil. No Pará a situação é pior, pois de cada 10 paraenses 2,3 não tem onde morar ou mora em condições totalmente inadequadas. Faltam mais de 500 mil domicílios no Pará nos dados de 2008.

Para se ter uma ideia da insuficiência do Programa Minha Casa Minha Vida 1, concluído em 2010, financiou 26 mil habitações no Estado do Pará, quando se precisa de 500 mil.

Considerando que cada família está composta por 3,8 pessoas em média, isto significa que temos 24 milhões de pessoas sem-teto ou morando em barracos no Brasil. No Pará são 2 milhões de pessoas na condição de sem-teto ou morando em condições precárias.

Deve-se acrescentar a este déficit a quantidade de famílias que pagam aluguel acima da sua capacidade financeira: são quase 2 milhões de famílias no Brasil e 31 mil famílias no Pará.

Em Belém, segundo o censo do IBGE de 2010, havia 758.524 pessoas morando em barracos, favelas e palafitas, tendo um déficit habitacional na cidade de 197 mil domicílios.

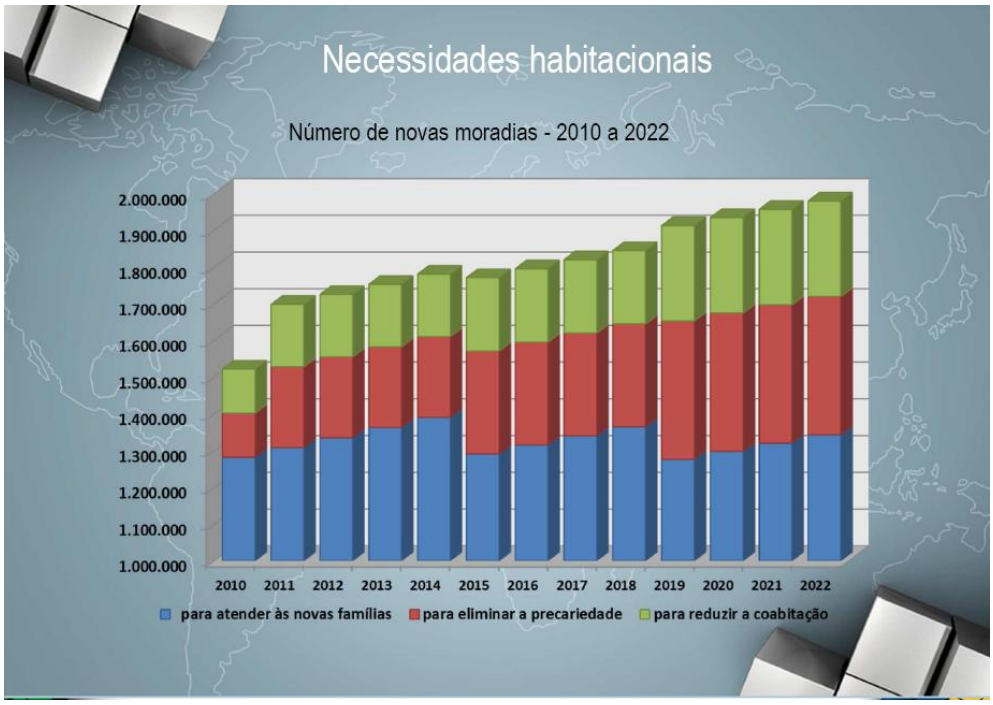
O verdadeiro absurdo no Brasil capitalista é que com tanto sem-teto, existiam em 2008, segundo o IBGE, 7,2 milhões de imóveis vazios no Brasil, utilizados para especulação imobiliária. No Pará eram 254 mil imóveis vazios e em Belém 55.639 domicílios não ocupados (censo 2010).

6% do PIB para resolver o problema habitacional do Brasil em 12 anos

A Fundação Getúlio Vargas realizou um estudo para determinar os investimentos necessários para acabar com o déficit habitacional do Brasil em 12 anos.

Além do déficit habitacional, deve-se considerar que a cada ano se constituem mais 1,5 milhão de famílias que necessitam de moradia.

Isto significa que, a cada ano, deve-se entregar cerca de 2 milhões de casas:



Para garantir estas moradias, se necessita, a cada ano, os investimentos estipulados abaixo:

Segundo a FVG, se o Governo Federal gastar cerca de 6% do PIB ao ano, durante 10 anos, resolveria o problema habitacional do país.

Necessita-se então, oferecer 2 milhões de casas populares por ano e o governo só oferece cerca de 500 mil por ano, via o ***Programa Minha Casa Minha Vida***.

Na primeira fase do programa, segundo informações da Caixa Econômica Federal, se contratou 816.268 casas populares entre 2009 e 2010.

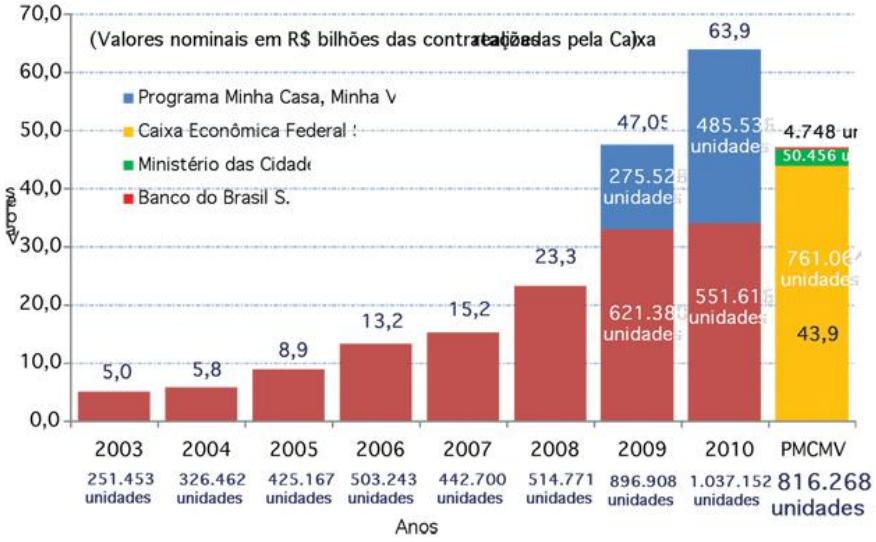
A segunda fase do programa já anunciado por Dilma, ofereceria 2 milhões de casas entre 2011 e 2014. Isto é, manterá a mesma quantidade de casas ofertadas, cerca de 500 mil por ano, representado ¼ das necessidades habitacionais do Brasil.

O quadro abaixo, fornecido pela Caixa mostra estes números:

Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

De acordo com os dados da Caixa Econômica Federal, até a posição do dia 01/12/2010, em todo o país, o Programa Minha Casa, Minha vida já tinha contratado 816.268 unidades, o que correspondeu a 82% da meta prevista (um milhão de unidades).

Evolução das contratações habitacionais



Fonte: Caixa
Posição da base: 01/12/2010 (Caixa PMCMV)
Posição da base: 26/11/2010 (Habitação total, BB e Ministério das Cidades)

A oferta total de imóveis em 2010 chegou a 1 milhão de residências, quando se necessita 2 milhões por ano para acabar com o déficit habitacional.

A FGV apresentou um planejamento de investimentos anuais em relação ao PIB entre 2010 e 2022, de uma média de 6% do PIB por ano, que reproduzimos abaixo:

Tabela 2.1.9 - Investimento habitacional, por componente, R$ bilhões, 2010 a 2022

Ano	Investimento em novas moradias	Investimento em reformas	Investimento habitacional	Investimento habitacional (% PIB)
2010	150,59	38,46	189,05	5,7%
2011	159,90	40,72	200,62	5,8%
2012	169,79	43,11	212,90	5,9%
2013	180,28	45,66	225,94	5,9%
2014	191,43	48,37	239,80	6,0%
2015	188,87	51,24	240,10	5,7%
2016	200,20	54,07	254,27	5,8%
2017	212,21	57,07	269,28	5,8%
2018	224,93	60,26	285,19	5,9%
2019	223,10	63,63	286,73	5,6%
2020	236,14	66,98	303,11	5,6%
2021	249,93	70,52	320,45	5,7%
2022	264,53	74,27	338,80	5,7%
Média	203,99	54,95	258,94	5,8%

Fonte: FGV..

Esta bandeira de 6% do PIB para habitação popular deve ser encampada pela classe trabalhadora, como uma das suas principais reivindicações.

O governo Federal faz demagogia com o Programa Minha Casa Minha Vida com intenções eleitoreiras. Devemos exigir do Governo que garanta essa verba carimbada para acabar com o déficit habitacional do Brasil.

Boa parte da ação do governo ajuda mais aos empresários da construção que à população trabalhadora brasileira.

Enquanto cobra juros de 0,5% ao ano às grandes construtoras com seus empréstimos do BNDES, o programa MINHA CASA MINHA VIDA, cujo financiamento é voltado para famílias de baixa renda, a taxa de juros praticada é em torno de 8% ao ano.

Em maio de 2012, o Governo Federal fez toda uma propaganda que está baixando os juros para facilitar a aquisição da casa própria.

Porém, já nas melhores condições que a Caixa está fazendo agora em junho de 2012, um apartamento com custo de 250 mil reais em 35 anos pagando prestação de R4 1.869,00, a pessoa pagará 784.985,34. Quer dizer, com todo este alvoroço do governo, um vivente vai pagar 3 vezes o preço do imóvel em 35 anos. Dava para pagar 3 apartamentos se o juro fosse igual nos Estados Unidos.

Apesar de financiar as grandes construtoras como uma mãe, não exerce um controle dos preços dos imóveis. Elas recebem muito financiamento para a produção e mais financiamento voltado ao consumo, e ainda ficam livres para aumentar preços e lucros.

Na primeira fase do ***Programa Minha Casa Minha Vida,*** as 13 maiores construtoras pegaram R$ 22,8 bilhões do financiamento público da CEF.

As 7 grandes construtoras tiveram lucros de R$ 3,5 bilhões de reais em 2010, boa parte deles proveniente do ***Programa Minha Casa Minha Vida***.

Não podemos permitir que todo dinheiro público vá para grandes construtoras privadas.

Um investimento de tal monta exigiria a montagem de uma empresa estatal de construção, para evitar superfaturamento e utilização de materiais de construção inadequados para gerar lucro. O governo federal poderia encampar estas 7 grandes construtoras (que hoje tem boa parte dos seus donos banqueiros estrangeiros), constituindo uma única empresa estatal de Construção que garantiria a aplicação de um Plano Nacional de Habitação.

O Governo Federal pode argumentar que não há dinheiro para estes investimentos. Isso não é verdade!

No ano de 2011, o governo Federal pagou R$ 708 bilhões de reais da Dívida Pública para os banqueiros. Mais de 3 vezes o que se necessitava em 2011 para oferecer 2 milhões de casas populares.

A exploração do operário: emprego e renda na Construção Civil do Brasil e do Pará

Subcontratação e rotatividade da mão de obra a serviço da exploração

PESSOAL OCUPADO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL BRASIL

	Total de ocupados no Brasil	Total com carteira assinada	% com carteira assinada
2003	84.034.981	29.544.927	35,2%
2004	88.252.473	31.407.576	35,6%
2005	90.905.673	33.238.617	36,6%
2006	93.246.963	35.155.249	37,7%
2007	94.713.909	37.607.430	39,7%
2008	96.232.609	39.441.566	41,0%
2009	96.647.139	41.207.546	42,6%

Fonte: IBGE – sistema de Contas Nacionais do Brasil. Emprego formal: RAIS/M.T.E

No Brasil há um alto índice de informalidade da mão de obra. Embora tenha melhorado o número de empregos com carteira assinada nos últimos 8 anos, ainda restam 57,4% dos trabalhadores que não tem carteira assinada. Isto significa que de cada 10 trabalhadores no país, 6 não tem carteira assinada e não contam com os

direitos trabalhistas (13º. salário, férias, aposentadoria, FGTS e outras conquistas trabalhistas).

É uma manobra da patronal para cortar custos pela metade pois os encargos sociais em geral dobram os custos da mão de obra e boa parte deve ser coberto pela patronal.

Se no conjunto da classe trabalhadora brasileira já é alta esta proporção de Sem-Direitos, na Construção Civil é pior.

Veja na tabela abaixo essa situação de informalidade na Construção Civil no conjunto do país.

PESSOAL OCUPADO NA CONSTRUÇÃO CIVIL - TOTAL DO BRASIL

	Total de ocupados no total	Total de trabs com carteira assinada	% com carteira assinada
2003	5.409.302	1.048.251	19,4%
2004	5.613.659	1.118.570	19,9%
2005	5.872.879	1.245.395	21,2%
2006	5.932.767	1.438.713	24,3%
2007	6.217.892	1.674.483	26,9%
2008	6.906.679	1.987.131	28,8%
2009	6.885.353	2.221.254	32,3%

Fonte: IBGE – sistema de Contas Nacionais do Brasil. Emprego formal: RAIS/M.T.E

Vejam que na Construção Civil, 67,7% dos trabalhadores não tem carteira assinada. Isto é, de cada 10 trabalhadores, 7 não têm direitos trabalhistas. Essa é a primeira manobra da patronal para ganhar dinheiro superexplorando o operário.

Não temos os dados de quantos trabalhadores informais existem na construção Civil em Belém. Se considerarmos o mesmo índice nacional (68%), teríamos, em 1 de janeiro de 2012, 54 mil operários sem carteira assinada na cidade de Belém, que somados aos 25 mil com carteira assinada, teria um total de, aproximadamente, 79 mil trabalhadores na base da categoria em Belém.

No caso da Construção Civil, de acordo com estudo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Sinduscon do Pará, os gastos com encargos sociais e trabalhistas alcançam 161% do salário do operário.

Porque os empresários incentivam a informalidade na Construção Civil? A resposta é simples: os trabalhadores com carteira assinada ganham 20% a mais que os que não têm carteira assinada, segundo o Dieese.

A outra manobra que a patronal utiliza contra os trabalhadores é a rotatividade da mão de obra.

O quadro abaixo do próprio Ministério do Trabalho, partindo dos dados da RAIS, mostra que há uma rotatividade na Construção Civil de 86,2% a cada ano. Praticamente toda a categoria muda de emprego todo ano.

Esta situação não é igual em todas as categorias.

No conjunto do país, a rotatividade é de 36%, isto é, a cada ano 1/3 dos trabalhadores são demitidos e recontratados.

TABELA 5
Taxa de rotatividade por setor de atividade econômica
2011 - 2009

Setores de atividades econômicas	2001		2004		2007		2008		2009	
	Taxa de rotati-vidade	Taxa descon-tada (1)	Taxa de rotati-vidade	Taxa descon-Tada (1)	Taxa de rotati-vidade	Taxa descon-tada (1)	Taxa de rota-tividade	Taxa descon-tada (1)	Taxa de rotati-vidade	Taxa descon-tada (1)
Indústria extrativa mineral	32,6	23,3	32,7	22,6	29,2	19,3	31,1	22,0	27,4	20,0
Indústria transformação	45,2	33,7	42,4	31,1	48,1	34,5	54,4	38,6	49,8	36,8
Serviços utilidade pública	21,9	3,7	19,0	12,9	20,9	13,3	22,4	14,4	24,9	17,2
Construção civil	115,3	97,4	108,5	90,1	104,5	83,4	118,4	92,2	108,2	86,2
Comércio	54,2	41,4	51,3	38,5	55,2	40,3	60,1	42,5	57,6	41,6
Serviços	50,1	38,8	48,8	37,5	51,7	37,6	56,9	39,8	53,9	37,7
Administração Pública	10,4	6,6	11,9	8,4	12,2	8,4	16,3	11,4	14,6	10,6
Agricultura	100,2	74,6	104,1	75,7	106,5	79,9	108,3	78,6	98,3	74,4
Total	45,1	34,5	43,6	32,9	46,8	34,3	52,5	37,5	49,4	36,0

Fonte: MTE. RAIS
Obs.: Exclui quatro motivos de desligamentos: transferências, aposentadoria, falecimento e demissão

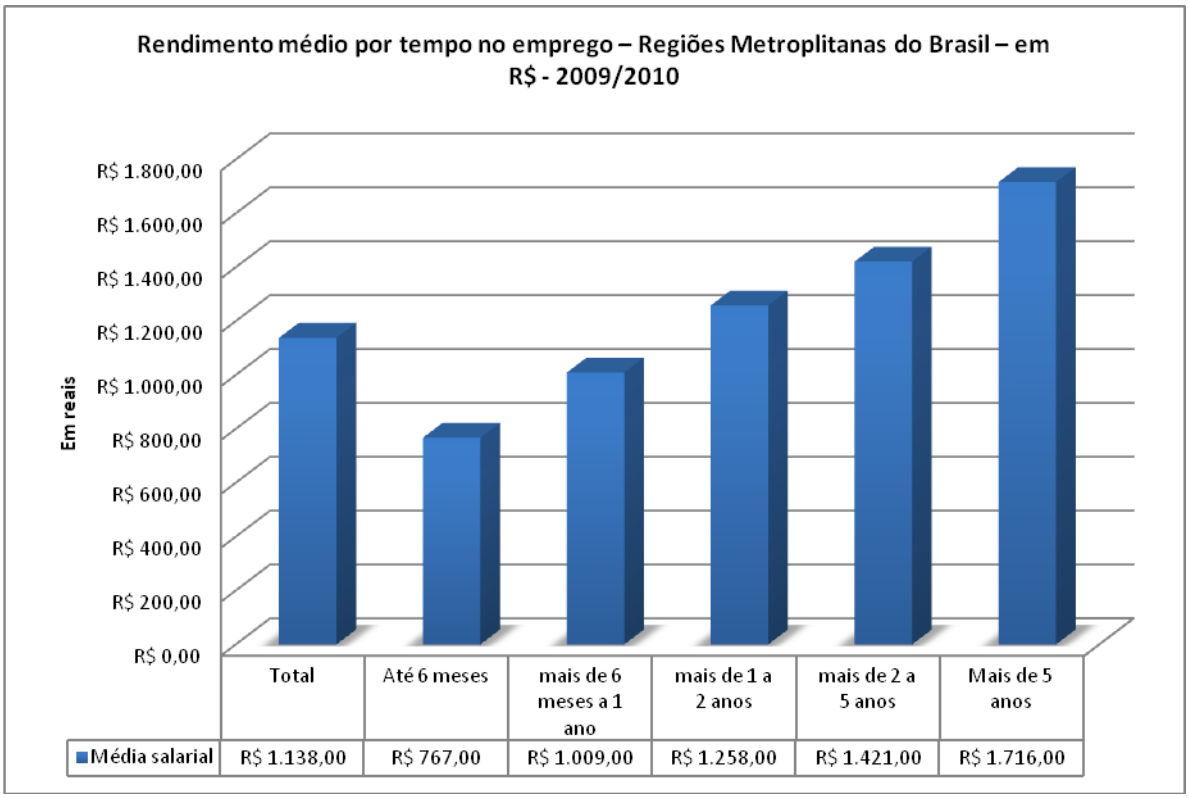
Esta é uma forma da patronal aumentar a precarização e a exploração do trabalhador já que o trabalhador demitido vai receber menos quando é contratado em um novo emprego.

De acordo com informações do Ministério do Trabalho, havia em 1 de janeiro de 2012, **25.392** trabalhadores com carteira assinada na Construção Civil de Belém, **37.709** na Região metropolitana de Belém, **77.948** no conjunto do Estado do Pará e **2.888.424** trabalhadores com carteira assinada no Brasil.

Assim, em 2011, 68% dos trabalhadores com carteira assinada de Belém trocaram de emprego de um ano para outro, 74% no Pará e 86% no conjunto do Brasil.

Isto é uma demonstração da precarização da mão de obra do setor que, junto com a informalidade mostram o regime de semiescravidão vivido pelo setor.

Segundo dados do DIEESE, quem permanece apenas 1 ano na empresa, ganha 22% menos que os trabalhadores que ficam mais tempo:



Fonte: DIEESE/SEADE, M.T.E./FAT

O Dieese sintetiza assim a situação:

> *"Ou seja, a rotatividade na construção civil é funcional ao empregador na medida em que segura o aumento de renda dos trabalhadores, que poderia ser trazido por uma relação de trabalho formalizada."*[3]

Esta situação pode e deve mudar como parte da luta para recuperar os direitos dos trabalhadores da Construção Civil.

Podemos impedir ou diminuir a informalidade e a rotatividade na Construção Civil.

As outras categorias não têm estes níveis de precariedade, que tanto prejudicam o operário da Construção.

A estabilidade no emprego e a assinatura da carteira, junto com a redução da jornada, são temas fundamentais para desenvolver na campanha salarial e em todo o ano.

[3] ***Salários na Construção Civil nos anos 2000: entre a formalização e a rotatividade*** – DIEESE DEZ 2011

A patronal da Construção Civil utiliza a contratação sem carteira assinada como forma de precarizar a mão-de-obra no setor e rebaixar o salário.

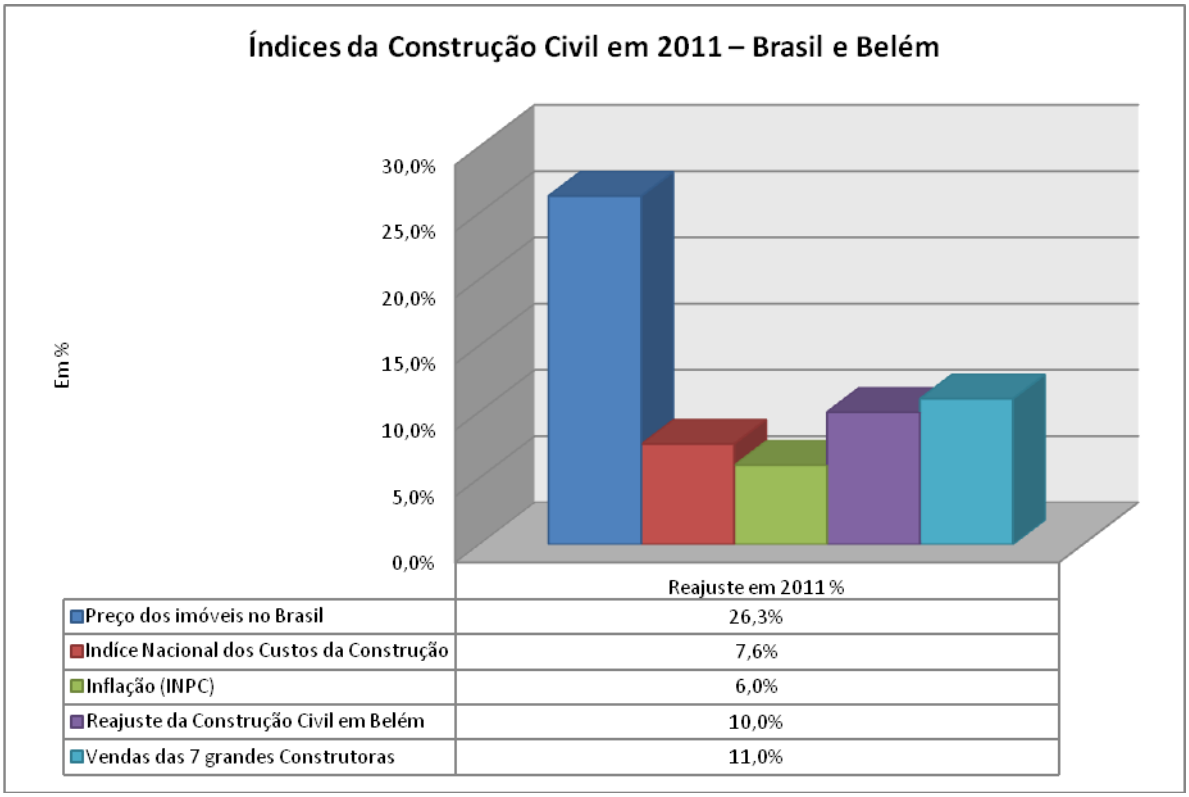
Isto é uma **verdadeira chaga no setor e contrasta com o abundante financiamento público para os empresários do setor**.

Isto quer dizer que o governo é cúmplice desta precarização, já que permite que as grandes construtoras terceirizem ou subcontrate as obras com pequenas construtoras, que não garantem os direitos dos trabalhadores.

O Boom da Construção Civil se alicerçou na exploração do operário

A manobra da patronal neste terreno é simples: enquanto aumentam de forma vertiginosa os preços dos imóveis, segura o salário e aumenta a jornada.

Para dar uma ideia desta exploração, basta ver que as construtoras aumentaram os preços dos imóveis em 2011 em 26,3% enquanto a inflação (INPC) foi de 6%.[4] O aumento salarial em Belém foi de 10%. As construtoras estão chorando de barriga cheia.



Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). IBGE e Sinduscon Pará. Relatório Anual 2011 das Construtoras.

[4] Dado da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Estas 7 grandes empresas ou atuam diretamente na Região Metropolitana de Belém ou se associaram com empresas locais, como vimos anteriormente.

Para comprovar nossa afirmação que este salto da Construção se baseou na exploração dos operários mostraremos a seguir a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), que é realizada anualmente pelo IBGE. Uma pena que o IBGE demora muito para atualizar os dados e contamos somente com a tabulação dos dados até 2010. Como é o documento oficial no que se refere à Construção Civil no Brasil, achamos mais adequado trabalhar com tais dados, mesmo que atrasados.

Estes números demonstram o alto grau de precariedade e exploração dos trabalhadores:

PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - IBGE - 2002 2010

Ano	UF	Trabalhadores com carteira	Total de trabalhadores	Receitas Brutas (R$ bi)	Gastos com Pessoal (R$ bi)	Salários X Receitas (em %)	salário médio (em R$)	salário médio X salario mínimo	Custo anual do trabalhador (em R$)	Faturamento por trabalhador (em R$)
	BRASIL	1.474.793	5.608.000	86.223.469	17.826.181	20,7%	R$ 750,00	3,8	R$ 12.087,24	R$ 58.464,79
2002	PARÁ	19.066		885.513	173.555	19,6%	454,61***	2,3***	R$ 9.102,85	R$ 46.444,61
	BRASIL	1.462.589	5.409.000	82.940.680	19.896.520	24,0%	R$ 616,00	2,6	R$ 13.603,63	R$ 56.708,13
2003	PARÁ	22.653		977.141	222.532	22,8%	497,18	2,1	R$ 9.823,51	R$ 43.135,16
	BRASIL	1.579.021	5.613.000	100.098.940	22.688.361	22,7%	R$ 661,00	3,0	R$ 14.368,63	R$ 63.393,04
2004	PARÁ	20.887		1.063.311	248.170	23,3%	562,23	2,2	R$ 11.881,55	R$ 50.907,78
	BRASIL	1.553.928	5.872.000	106.214.495	23.339.068	22,0%	R$ 685,00	2,7	R$ 15.019,40	R$ 68.352,26
2005	PARÁ	22.421		1.242.561	274.362	22,1%	568,61	1,9	R$ 12.335,86	R$ 55.419,51
	BRASIL	1.555.625	5.932.000	113.834.170	25.853.534	22,7%	R$ 774,00	2,5	R$ 16.619,39	R$ 73.175,84
2006	PARÁ	26.292		1.385.326	318.064	23,0%	651,74	1,9	R$ 12.097,36	R$ 52.690,01
	BRASIL	1.812.254	6.217.000	132.366.613	30.580.896	23,1%	R$ 911,00	2,4	R$ 16.874,51	R$ 73.039,77
2007	PARÁ	30.261		1.630.376	432.186	26,5%	695,89	1,9	R$ 14.281,94	R$ 53.877,13
	BRASIL	1.822.062	6.906.000	161.672.368	38.179.606	23,6%	R$ 973,00	2,6	R$ 20.954,07	R$ 88.730,44
2008	PARÁ	30.532		2.064.849	521.457	25,3%	787,99	1,9	R$ 14.763,78	R$ 67.629,01
	BRASIL	2.132.288	6.885.000	203.783.794	48.288.330	23,7%	R$ 1.057,00	2,5	R$ 23.573,58	R$ 99.483,94
2009	PARÁ	32.672		2.103.443	583.583	27,7%	833,69	1,8	R$ 17.861,86	R$ 64.380,60
	BRASIL	2.497.449	6.885.353	258.796.673	63.128.090	24,4%	R$ 1.219,00	2,4	R$ 25.277,02	R$ 103.624,40
2010	PARÁ	39.245	199.616	2.511.458	689.891	27,5%	1.052,19	2,0	R$ 17.579,08	R$ 63.994,34

PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - IBGE - 2002 2009 - Dados de emprego 2010/2011 são do MTE/CAGED - Salário Médio é do MTE/RAIS - **Inclui honorários dos patrões, chefes, engenheiros e Cia. ***Valor referente a Belem.

Este quadro demonstra que:

- Os trabalhadores com carteira assinada representavam somente 36% do total de trabalhadores do setor. Isto significa que 2/3 da categoria ou são informais ou trabalham por conta própria.

- Que os gastos com pessoal estão por volta de 25% do faturamento das empresas. Nas 7 grandes construtoras o gasto com pessoal chega a apenas 5% dos custos totais das empresas.

- Que o rendimento médio nacional do setor representava 3,8 salários mínimos em 2002 e caiu para 2,4 salários mínimos em 2010.

- Em base a este quadro podemos mostrar a exploração do trabalhador da construção do Brasil e do Pará no ano de 2010:

Divide-se o gasto com pessoal e o número de trabalhadores formais, conseguindo o salário médio (com encargos) anual e mensal:

No Brasil o custo anual de um trabalhador da Construção foi de R$ 25.277,02 ou R$ 1.944,38 por mês ou R$ 11,04 por hora. No entanto, ele rendeu para a empresa R$ 103.624,40 anual, R$ 7.971,10 mensal ou R$ 45,29 por hora.

No Pará, o trabalhador da Construção custou por ano, contando salários e encargos, R$ 17.579,08 ou R$ 1.352,23 por mês ou R$ 7,68 a hora. Porém, ele rendeu para a empresa R$ 63.994,34 anual R$ 4.922,64 mensal ou R$ 27,96 por hora.

Portanto, o **trabalhador da construção civil brasileira paga seu salário em 5 dias de trabalho**, considerando uma jornada de 44 horas semanais. Trabalha, portanto, 19 dias de graça no mês para o empresário.

O trabalhador paraense paga seu salário em 6 dias de trabalho, portanto, entrega grátis 18 dias de trabalho para seu patrão.

Mapa da pobreza no Pará

Os dados estatísticos do Pará revelam uma situação econômica e social dura para a população trabalhadora. Veja a realidade dos índices de 2010 do Censo do IBGE:

Somente 1 de cada 5 domicílios são ligados à rede de esgotos.

A taxa de analfabetismo é de 12% e somado ao analfabetismo funcional chega a 36% da população do Estado.

¾ da população ocupada ganha até 2 salários mínimos.

42% da população é considerada pobre, que ganha menos da metade do salário mínimo e 19% da população é indigente, isto é, ganha menos de ¼ do salário mínimo por mês.

Dados estatísticos do Pará (IBGE Censo de 2010)

	Porcentagem do total
Domicilio com abastecimento de água adequado	48%
Domicilio ligado a rede de esgoto - adequado	19%
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	12%
% de analfabetismo funcional entre adultos (25 anos ou mais)	24%

% da população ocupada com até 2 salários mínimos	70%
Total da população do Pará em 2010 (número de habitantes)	7.581.051
PIB do Pará em 2009 R$ bilhões	58.402.000.000
% da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população (trabalhadores)	16,3%
% da renda apropriada pelo 1% mais rico da população (burguesia)	13,4%
Proporção de pessoas pobres no Pará (ganham menos da metade do SM)	42,3%
Proporção de indigentes (ganham menos de 1/4 salário mínimo)	19,2%

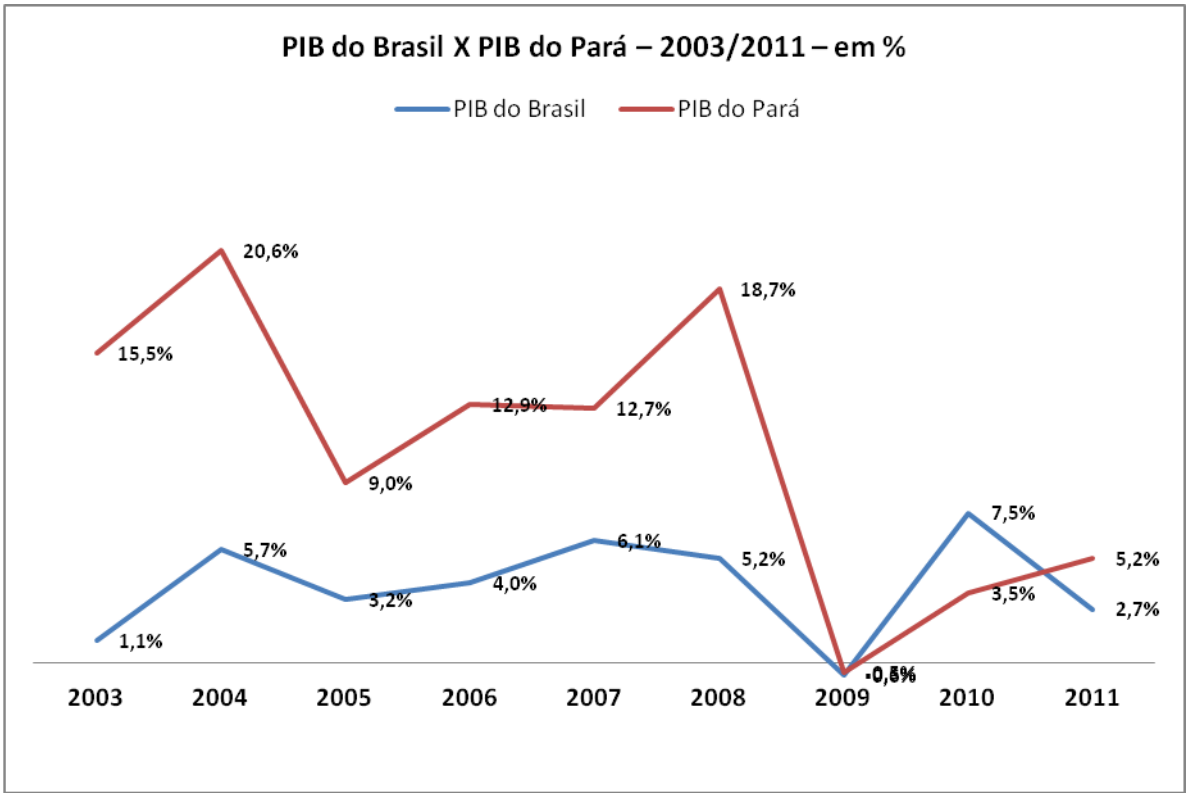
A distribuição da renda entre a burguesia e o proletariado no Estado é uma das piores do Brasil.

Em números aproximados, temos o proletariado, os empregados, os assalariados, que são 22% da população (1.667.900), um pouco mais que a população de Belém, sendo que 44% não tem carteira assinada, nem direitos.

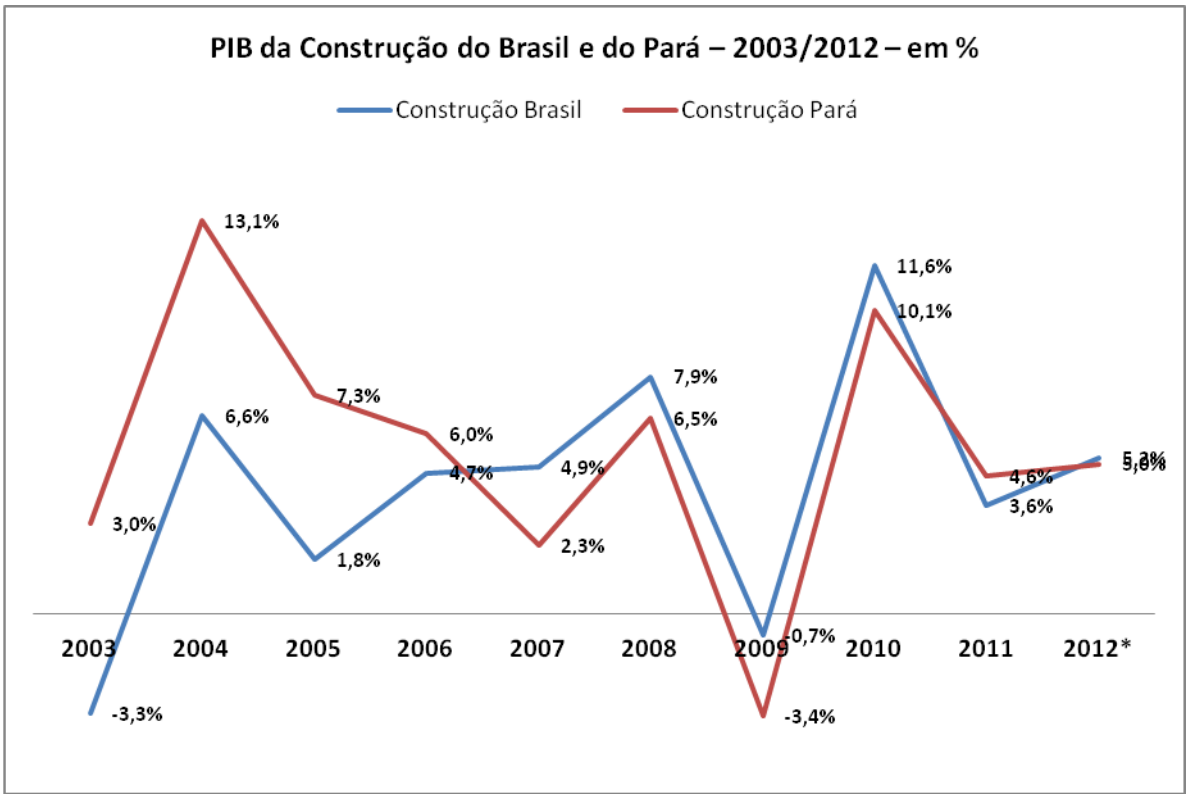
Temos a burguesia, 0,4% da população (32.284 pessoas), quantidade de gente que não lota nem o Mangueirão.

Estes dois grupos sociais se apropriam, mais ou menos, da mesma riqueza.

O Pará não podia ser tão pobre assim, já que é um Estado que gera muita riqueza, inclusive sua produção de riquezas cresce mais que o bom crescimento econômico que o Brasil vem tendo nos últimos 8 anos:



Na Construção Civil do Pará se equipara ao grande crescimento que teve no setor nos últimos 10 anos.



Fonte: IBGE - Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil. 2011 e 2012 são projeções da CBIC e Sinduscon. Elaboração ILAESE

O gráfico acima demonstra que a Construção Civil do Para cresceu na mesma proporção que a Construção no Brasil nos últimos 10 anos. Notem que o crescimento da Construção no Brasil já se dá com índices superiores ao crescimento do PIB brasileiro.

Isto significa que crescimento da Construção Civil no Pará é muito expressivo. Tem um crescimento médio anual de 5,5%.

Porém, quando se trata de remunerar estes trabalhadores que produzem tão bem, a patronal não ta nem aí.

VALORES DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MÃO DE OBRA, DESPESA ADMINISTRATIVA E EQUIPAMENTO

MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2012

LOTE BÁSICO	UN	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PR	RJ	RO	RS	SC	SE	SP	VALOR MÉDIO
MÃO DE OBRA																							
PEDREIRO	h	9,43	11,68	13,08	10,15	12,30	11,28	12,03	10,45	13,93	9,47	9,37	10,57	9,86	11,24	15,51	14,92	10,28	12,10	15,57	10,74	13,57	**11,79**
SERVENTE	h	6,88	8,62	7,67	6,70	7,93	7,04	8,77	7,39	9,08	7,03	7,16	7,60	7,37	8,45	10,62	10,99	8,23	8,58	10,90	7,07	11,25	**8,35**
DESPESA ADMINISTRATIVA																							
ENGENHEIRO	h	25,45	69,00	85,32	24,74	73,00	44,05	41,36	30,07	43,02	33,53	53,43	21,26	28,54	49,53	46,41	42,00	22,55	53,64	22,81	29,75	31,12	**41,46**

Fonte: Sinduscons Estaduais e Banco de Dados-CBIC.

(*) O valor médio Brasil corresponde á média aritmética simples dos preços praticados nos estados do Brasil e que participam da pesquisa mensal do CUB/BR.

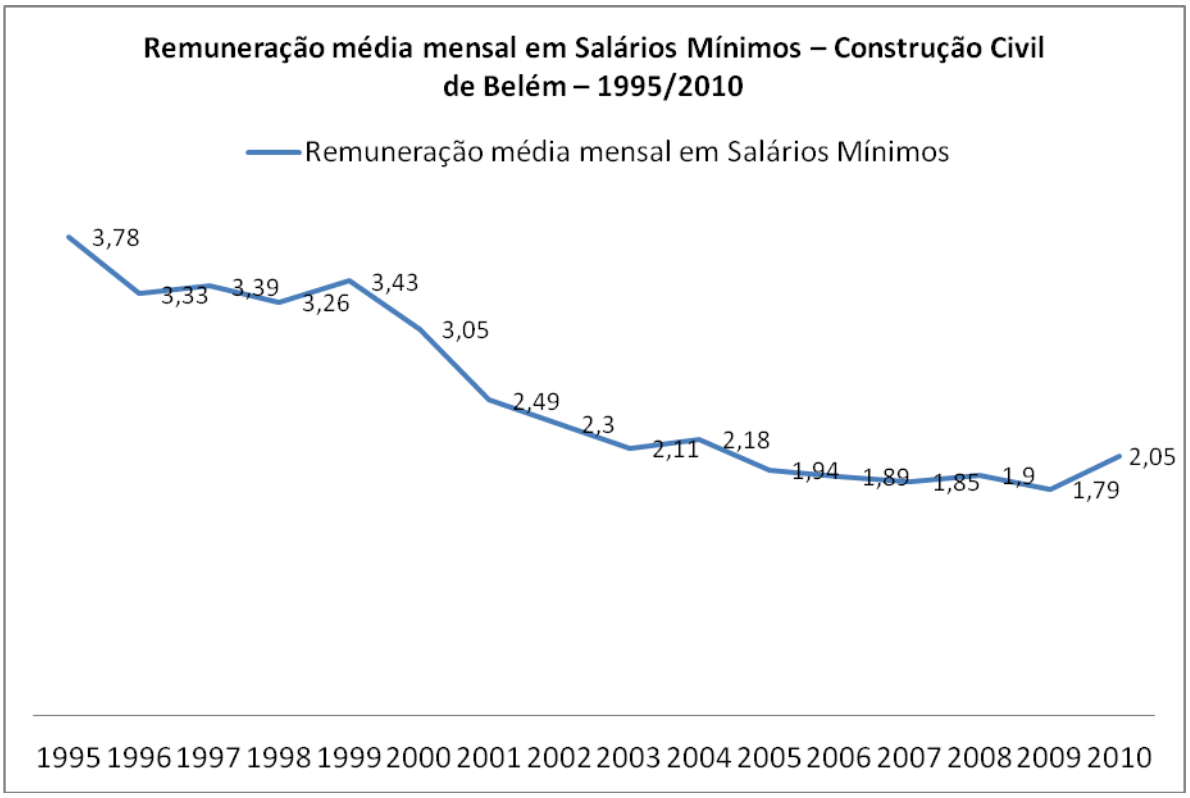
Notem que se necessita de um reajuste de 11,5% para equiparar o salário médio do pedreiro no Pará com o pedreiro no Brasil.

Já o servente este mesmo reajuste deve ser de 9,8% para garantir igualdade entre o salário médio do Pará e do Brasil.

O engenheiro paraense deve ter um reajuste de 95% para igualar com seus colegas do Brasil. Ele tem o salário médio mais baixo do Brasil.

Para equiparar com São Paulo, o salário do servente deveria ser reajustado em 48%, o pedreiro em 28% e o engenheiro em 46%.

AS perdas salariais da categoria se expressa no gráfico seguinte:



Fonte: IBGE – M.T.E. – Caged 1995/2010

De quase 4 salários mínimos que se ganhava em 1995, caiu para 2 salários mínimos em 2010. Perda do poder aquisitivo pela metade em 15 anos.

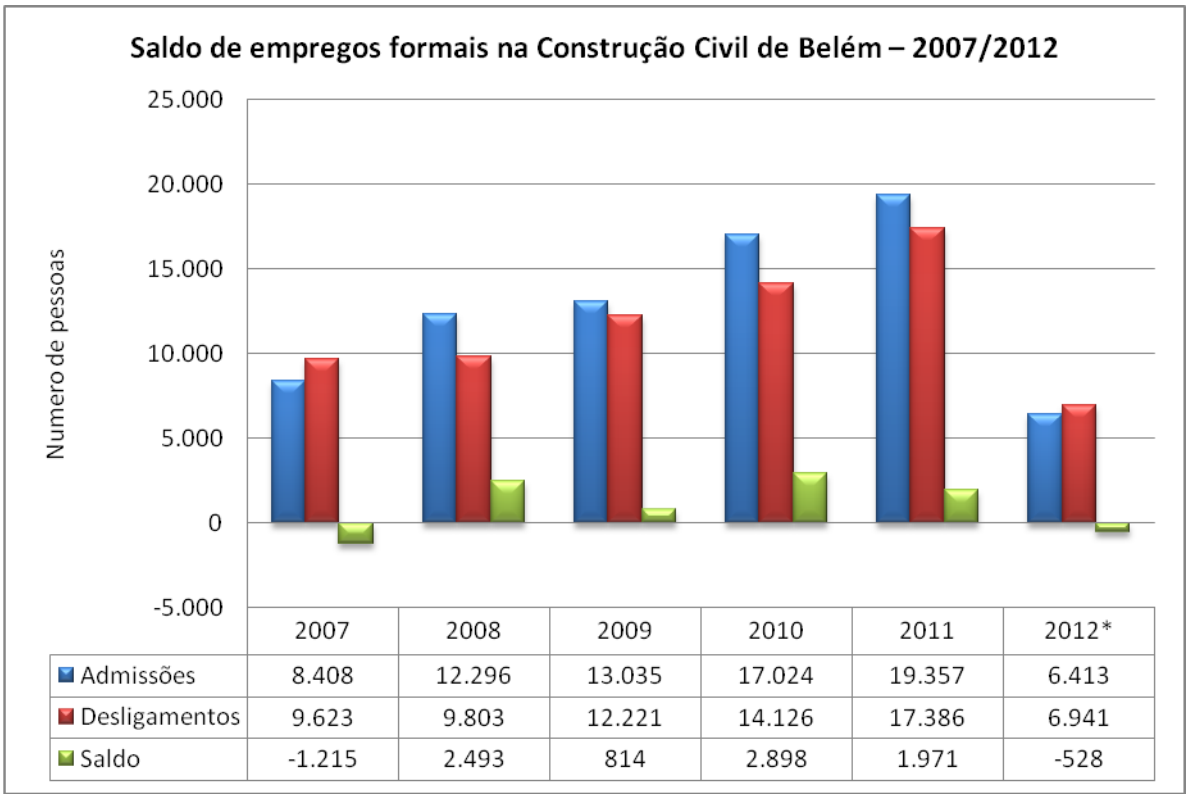
Reajuste necessário na campanha salarial 2012/2013

O Produto Interno Bruto (PIB) no setor de Construção Civil no Pará cresceu 4,6% em 2011 e a estimativa do SINDUSCON para 2012 é de um crescimento em torno de 5%, estimulado principalmente pelas obras do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida e o estímulo ao consumo, com liberação de crédito por parte do governo federal.

Porém, as empresas vão querer melhorar as margens de lucro com a desaceleração da economia, desovando estoques e segurando os preços, principalmente os salários já que algumas estão endividadas, tendo que perder lucros para os banqueiros que os financiaram. Por isso, deve-se esperar dureza da patronal na campanha salarial.

Igual se pode esperar uma radicalização da base que quer sua parte do bolo da Construção que deu um salto nos últimos 7 anos.

Porém, a patronal vai usar a desaceleração para peitar o movimento. Vai se apoiar na diminuição do emprego que começou a se expressar agora em 2012:



	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Admissões	8.408	12.296	13.035	17.024	19.357	6.413
Desligamentos	9.623	9.803	12.221	14.126	17.386	6.941
Saldo	-1.215	2.493	814	2.898	1.971	-528

Fonte: IBGE Contas Nacionais. 2012 é de janeiro a abril. M.T.E. Caged

Notem que pela primeira vez em 5 anos o saldo de empregos na construção de Belém é negativo. Nos 4 primeiros meses de 2012 se perderam 528 vagas formais na construção civil de Belém.

O quadro abaixo revela os reajustes salariais do piso da categoria nos últimos anos (2008/2011) em 5 níveis (servente, meio oficial, profissional, montador/soldador e profissional técnico).

Em geral, todos os setores tiveram reajuste acima do índice inflacionário, o INPC, desde 2008. Os serventes e oficiais tiveram reajuste acima do reajuste do salário mínimo. Os meio-oficiais, montadores/soldadores e profissionais técnicos tiveram reajuste abaixo do reajuste do salário mínimo.

Assim, é interessante reivindicar o reajuste agora na data-base igual ao reajuste do Salário Mínimo que foi de 14,1%. Seria um bom objetivo para convencer a categoria a lutar até arrancar este índice. Podemos baralhar a proposta de inflação + mais crescimento do setor + aumento real de 5% (chegando a 16%). Ainda sem explicitar diretamente, seria interessante balizar a campanha pelo índice de reajuste do salário mínimo.

Porém, o reajuste para os setores que ganham mais na categoria teria que ser de 20% para igualar com salário mínimo.

Contas para índice em 2012/2013

Pisos por Categoria – Convenção Coletiva	2008		2009		2010		2011		2008/2011	2012-2013	mar/12
	Piso Salarial	Reajuste	Piso Salarial	Reajuste	Piso Salarial	Reajuste	Piso Salarial	Reajuste	Reaj. Piso	Valor Piso = SM	Reaj. igualar a SM
Servente (Nível 5)	480,00	17,0%	520,00	8,3%	570,00	9,6%	650,00	14,0	35,4%	719,04	10,6%
Meio oficial (Nível 4)	530,00	14,6%	570,00	7,5%	615,70	8,0%	680,00	10,4	28,3%	793,94	16,7%
Profissional Oficiais (nível 3)	680,00	11,4%	730,00	7,3%	800,00	9,5%	900,00	12,5	32,3%	1.018,64	13,1%
Montador/Soldador (nível 2)	725,00	10,2%	761,25	5,0%	822,15	8,0%	904,36	10,0	24,7%	1.086,05	20,0%
Profissional Técnico (nível 1)	805,00	10,1%	845,25	5,0%	912,87	8,0%	1.004,15	10,0	24,7%	1.205,89	20,0%

Reajuste Salarial na Data-Base		10,0%		5,0%		6,0%		10,0%
Evolução vendas CC RMB	1.651.299.090	80,8%						
Evolução emprego formal CC	16.301	34,4%	17.867	9,6%	21.394	19,7%	25.392	16,8%
Evolução Cesta Básica Belém		36,5%		**-4,4%**		6,7%		8,3%

Cesta de maio 2011 a maio 2012: 9,14%

INPC Brasil		7,5%		4,6%		4,4%		6,9%	23,4%
IPC RM Belém				5,7%		10,6%		8,5%	

IPC acumulado de janeiro a abril de 2012 já é de **5,18%**, O Liberal de 3 de junho 2012

Salário Mínimo no Brasil	415,00	9,2%	465,00	12,0%	510,00	9,6%	545,00	6,8%	31,3%	622,00	14,1%

INPC de fevereiro de 2011 a janeiro de 2012 foi de 5,6%

Valores dos Pisos é da Convenção Coletiva 2008/2011 do Sinduscon Pará na Convenção coletiva.
Dados do PIB Pará e da Construção Civil do Pará são do IBGE/Bando de Dados CBIC.
Dados do IPC da RM de Belém é do IDESP Pará.

Dados do Salário Mínimo do Brasil e do INPC são do IBGE

Uma Pesquisa do IBGE (Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009) no Pará mostra que a despesa média mensal familiar por tipo de gasto é a seguinte:

Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - Despesas e Rendimentos - Pará	
Despesa média mensal familiar com alimentação	R$ 464,96
Despesa média mensal familiar com habitação	R$ 533,86
Despesa média mensal familiar com vestuário	R$ 127,48
Despesa média mensal familiar com transporte	R$ 242,70
Despesa média mensal familiar com higiene e cuidados pessoais	R$ 60,34
Despesa média mensal familiar com assistência a saúde	R$ 86,27
Despesa média mensal familiar com educação	R$ 45,23
Despesa média mensal familiar com recreação e cultura	R$ 35,98
Despesa média mensal familiar com fumo	R$ 6,39
Despesa média mensal familiar com serviços pessoais	R$ 18,81
Despesa média mensal familiar com despesas diversas	R$ 40,05
Total da despesa média	R$ 1.662,07

Se colocar a inflação de 2010 e 2011, este valor passaria para R$ 1.855,00. Isto significa que nem o profissional técnico consegue ganhar o suficiente para poder consumir os bens necessários para a sobrevivência da sua família.

Saúde e segurança do trabalho na Construção Civil no Brasil e em Belém

Segundo a OIT, ocorrem anualmente no mundo 270 milhões de acidentes de trabalho, além de aproximadamente 160 milhões de casos de doenças ocupacionais. Essas ocorrências chegam a gastar 4% do PIB mundial.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) informa da morte de 2 milhões de trabalhadores anualmente em razão de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. São 3 mortes por minuto em todo o planeta.

No Brasil não é diferente.

Com a terceirização e quarterização, com a informalidade e com o aumento da jornada (às vezes se trabalha de segunda a segunda) há um salto nos acidentes de trabalho (inclusive fatais) na mesma intensidade do boom da Construção Civil brasileira.

A intensificação do ritmo de trabalho está ocasionando LER [Lesão por Esforço Repetitivo], Dort [Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho] e hérnia.

O quadro abaixo, fornecido pela Previdência Social revela um número expressivo de mortes, mutilações e lesões:

Acidentes de Trabalho no Brasil 2008/2010

Ano	Brasil		Construção Brasil		Estado do Pará	
	Total acidentes	Óbitos	Total acidentes	Óbitos	Total acidentes	Óbitos
2008	747.663	2.757	52.830		11.020	92
2009	723.452	2.496	55.670	395	12.231	74
2010	701.496	2.712	54.664	376	11.435	72
ANUÁRIOESTATÍSTICO DA PREVIDENCIA SOCIAL AEPS 2010						

Os acidentes de trabalho no Brasil cresceram 40% entre 2006 e 2010. Os acidentes na Construção Civil do Brasil cresceram 50% neste período. De acordo com estes números, a cada 3 horas uma pessoa morre por acidente de trabalho no Brasil.

É mais de 1 morto por dia na Indústria da Construção no Brasil.

No Pará são 2 ou 3 mortes por mês.

Na Construção Civil de Belém, morreram 8 operários no ano de 2011, segundo informação do Sindicato dos trabalhadores. Em 2012 já são 3 mortes (duas em fevereiro e uma em março).

O mais dramático é que estas estatísticas estão piorando, já que a patronal está intensificando o ritmo de trabalho para aumentar os lucros.

Estes números não refletem o conjunto da epidemia que são os acidentes de trabalho que afetam a classe trabalhadora brasileira. Isso é só a ponta do iceberg. Há muita subnotificação. Há muita informalidade, revelando que estes números são muito piores.

E sequer estamos falando das doenças ocupacionais, onde os operários adquirem doenças que não são relacionadas com seu trabalho.

Isto alerta para que os sindicatos trabalhem seriamente um plano de melhoria das condições de trabalho porque se depender da patronal, nós sairemos direto da obra para o cemitério.

A constituição do Departamento de Saúde e Segurança e a criação de uma rede de cipeiros dentro dos canteiros de obras, sua organização e formação técnica e política, são fundamentais para garantir boas condições de trabalho e evitar a maioria destes acidentes, principalmente os fatais.

Campanha salarial 2012-2013:

Avançar na organização e na representação de base para combater a exploração!

A Campanha Salarial é um ótimo momento para a diretoria do Sindicato fazer campanhas educativas para sua base e buscar o apoio do conjunto da população para sua luta.

Afinal, a categoria produz um bem essencial a toda a população: suas moradias.

Por isso, a população deve saber das condições de semiescravidão a que estão submetidos os operários da Construção Civil no Brasil e no Pará.

A campanha salarial deve ser um grito de guerra contra a patronal, mostrando para a população o salário miserável pago ao operário, enquanto os imóveis são vendidos por 1 ou 2 milhões cada apartamento de luxo, que o operário jamais poderá comprar.

Mostrando as jornadas de trabalho que chegam a 60 horas semanais, muitas vezes arriscando a vida por um salário de R$ 650 reais.

Mostrando as péssimas condições de trabalho, onde a cada dia morre um trabalhador da Construção no Brasil.

Cada minuto da campanha salarial deve servir para desgastar a patronal e a exploração capitalista e para angariar apoio da população para a luta do Sindicato da Construção Civil de Belém.

A campanha salarial também é um ótimo momento para dialogar e educar os operários da base.

Nesta campanha salarial o tema da ***Organização e Representação da Base*** deve ser ponto prioritário.

Temos que entrar de cheio na luta para ter um(a) delegado(a) sindical em cada canteiro de obra de Belém.

Com isto ganharemos centenas de novos(as) ativistas para atuar junto com a diretoria. Fortalecerá nossa luta contra a patronal, pois teremos o sindicato em cada canteiro, assim como permitirá a democratização do sindicato, no sentido que teremos algumas centenas de representantes de base ajudando a diretoria a governar o sindicato.

A Organização por Local de Trabalho e o Delegado Sindical está se impondo a partir das grandes greves da Construção Pesada, alem disso está prevista na Constituição Brasileira de 1988 e há uma recomendação do Ministério Público do Trabalho de implantar a medida. A Mesa Nacional da Construção também colocou como sua prioridade a implantação do delegado sindical (cuja proposta de regulamentação está anexa).

Nesta Campanha Salarial, devemos mostrar a importância da Organização por Local de Trabalho e da figura do Delegado Sindical em cada canteiro de obra. Devemos exigir nas cláusulas do Acordo Coletivo que o SINDUSCON PARÁ cumpra a orientação da Mesa Nacional da Construção, assinado pela CBIC (cuja diretoria o SINDUSCON PARÁ participa).

Devemos buscar também a sindicalização dos operários durante a campanha salarial.

Em 2009 no Brasil, segundo o DIEESE, dos 6.885.000 operários da Construção no Brasil, apenas 594.372 (9%) dos operários eram sócios de Sindicatos. Ou seja, de cada 10 operários, apenas 1 estava no sindicato.

A sindicalização é um passo importante para fortalecer a luta da classe, ao mesmo tempo em que a Organização por Local de Trabalho é a única forma de incorporar toda a classe na luta contra a patronal.

As bandeiras dos trabalhadores

Elencamos algumas bandeiras que acreditamos ser importante para uma campanha sindical e política:

1. Exigir do Sinduscon Pará a aplicação da Representação Sindical no Local de Trabalho (delegado sindical) orientado pela Mesa Nacional da Construção. Devemos aproveitar o compromisso assumido pela CBIC (um representante do Sinduscon Pará participa do Conselho Diretivo da CBIC) na Mesa Nacional da Construção de garantir o delegado sindical e saúde e segurança no canteiro de obra. Devemos introduzir na negociação como ponto muito importante da campanha salarial este assunto, inserindo na pauta de reivindicações a proposta de delegado sindical nos termos da "***Proposta de Regimento da Representação Sindical no Local de Trabalho***" (anexa). Devemos exigir desde o protocolo da pauta de reivindicações que o Sinduscon-PA faça a ADESÃO ao termo da Mesa Nacional da Construção.

2. Exigir um aumento salarial digno, que garanta as condições mínimas de sobrevivência da família. Sempre relacionar o reajuste com o reajuste do Salário Mínimo e colocar como referência do que almejamos o Salário Necessário do Dieese, que hoje está por volta de R$ 2.400,00 reais.

3. A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, é uma bandeira muito importante na luta para garantir boas condições de trabalho. Esta redução obrigaria a patronal contratar mais 2.540 operários, aumento de 10% da categoria, que passaria de 25.392 operários com carteira assinada para 27.932 trabalhadores (em números oficiais de janeiro de 2012). Considerando que os operários sem carteira são 55 mil em Belém, caso somasse tudo com carteira e sem carteira, a patronal teria que contratar mais 8 mil operários na Construção Civil em Belém.

4. Exigir o fim da informalidade na contratação de operários na Construção Civil. Esta medida obrigaria a patronal a regularizar a situação de dezenas de milhares de operários em Belém. Significa garantir direitos trabalhistas para toda esta gente, que a patronal

economiza 161% do que cada um ganha ao mantê-lo na informalidade. Devemos exigir do Governo Federal, Estadual e Municipal que coloque como condição para financiar ou aprovar licitação para construções do Plano *Minha Casa Minha Vida* a contratação com carteira assinada de todos os operários que participam da obra, inclusive os terceirizados e quarterizados.

5. Exigir o fim da subcontratação das obras (terceirização e quarterização). As grandes empresas devem contratar diretamente os operários para suas obras. Enquanto isto não se realiza, as grandes empresas devem garantir as mesmas condições salariais e trabalhistas dos seus empregados aos terceirizados. A responsabilidade principal dos funcionários da terceirizada e subcontratada é da empresa contratante, como determina a ***Súmula 331*** do TST.

6. A campanha salarial deve reivindicar estabilidade no emprego por 2 anos (por exemplo) para acabar com a rotatividade da mão de obra, que serve para precarizar e rebaixar o salário do setor.

7. Exigência ao Governo Federal e Estadual que pare de financiar as construtoras privadas, com isenções fiscais, já que os empresários se aproveitam desses benefícios para lucro privado, inclusive aumentando acima da inflação o preço dos imóveis. Devemos exigir dos governos a diminuição dos preços dos imóveis e financiamento com juro 0%, somente cobrindo a inflação.

8. Por uma campanha nacional unificada pelo Piso Salarial Nacional: a disparidade de salários ao nível nacional ajuda as grandes construtoras. Elas atuam no Estado do Pará e em Belém vendendo imóveis ao mesmo preço vendido no Brasil com um custo 20% menor. Assim estas empresas alcançam uma lucratividade superior à custa da exploração do operário paraense.

9. Uma campanha permanente do Sindicato deve exigir do governo Federal, Estadual e Municipal que utilize 6% do PIB para acabar com o déficit habitacional no Brasil, no Pará e na Região Metropolitana de Belém.

10. Para isso, o Governo Federal deve nacionalizar e estatizar as grandes construtoras, formando uma estatal da Construção, responsável por um Plano Nacional de Habitação que acabe com o déficit habitacional do país. Vamos exigir do Governo Federal, Estadual e Municipal um Plano de Habitação que acabe com o déficit habitacional e garanta infraestrutura para toda a população a preços subsidiados.